

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE TURISMO
EMPREENDEDORISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

LORENA CRISTINA PINHEIRO OLIVEIRA

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA
TURISMO DE INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO
PARQUE DAS NAÇÕES INDÍGENAS,
CAMPO GRANDE - MS**

CAMPO GRANDE/MS
2016

LORENA CRISTINA PINHEIRO OLIVEIRA

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA
TURISMO DE INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO
PARQUE DAS NAÇÕES INDÍGENAS,
CAMPO GRANDE - MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo - ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul como parte das exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Profa. Ma. Emilia Alibio Oppliger

**CAMPO GRANDE/MS
2016**

LORENA CRISTINA PINHEIRO OLIVEIRA

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

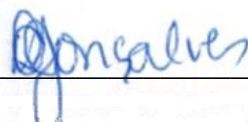
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE TURISMO
EMPREENDEDORISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**TURISMO DE INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO
PARQUE DAS NAÇÕES INDÍGENAS,
CAMPO GRANDE - MS**

APROVADO EM: 28/11/2016



Profa. Me. Emilia Alibio Oppliger (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Profa. Dra. Debra Fittipaldi Gonçalves
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Prof. Dr. Djanires Lageano Neto de Jesus
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

O48t Oliveira, Lorena Cristina Pinheiro

Turismo de inclusão social: um estudo de caso sobre as condições de acessibilidade no Parque das Nações Indígenas, Campo Grande - MS/ Lorena Cristina Pinheiro Oliveira. Campo Grande, MS: UEMS, 2016.

69p. ; 30cm.

Monografia (Graduação) – Turismo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2016.

Orientadora: Profa. Msc. Emília Alíbio Oppliger.

1. Acessibilidade 2. Apuração 3. Turismo de inclusão social.
I. Título.

CDD 23.ed. 796.5

“E não vos conformeis a este mundo, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente.”

Romanos 12:2

RESUMO

Uma em cada quatro pessoas na cidade de Campo Grande apresenta algum tipo de deficiência, conforme registro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do ano de 2010. Essa estatística reflete a necessidade de adequação dos espaços urbanos. O objetivo deste estudo de caso é analisar as condições de acessibilidade existentes no Parque das Nações Indígenas, Campo Grande, MS. A metodologia adotada combina a aplicação de formulários elaborados pelo Ministério do Turismo por meio do 'Roteiro de Inspeção - Mapeamento da acessibilidade'. O diagnóstico apresenta o atendimento ou não aos requisitos da legislação e das normas técnicas. O parâmetro de classificação adotado foi o 'Índice de acessibilidade' desenvolvido pela Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência. Na pesquisa de campo, recorreu-se aos registros fotográficos para evidenciar os elementos de acessibilidade presentes, ausentes e em desacordo com a legislação e normas técnicas. Algumas adequações foram feitas no Parque das Nações Indígenas, entando, sem atentar às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas de número 9050. Concluiu-se que o Parque das Nações Indígenas não apresenta condições satisfatórias de acessibilidade.

Palavras-chave: Lazer; Turismo de inclusão social; Acessibilidade; Democratização do espaço; Área verde.

ABSTRACT

One in every four people in the city of Campo Grande has some kind of disability, according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics of the year 2010. This statistic reflects the need to adapt urban spaces. The objective of this case study is to analyze the accessibility conditions existing in the Parque das Nações Indígenas, Campo Grande, MS. The methodology adopted combines the application of forms developed by the Ministry of Tourism through the 'Inspection Roadmap - Mapping of accessibility'. The diagnosis presents whether or not the requirements of the legislation and the technical norms are met. The classification parameter adopted was the 'Accessibility index' developed by the Association for the Appreciation of Persons with Disabilities. In the field research, photographic records were used to show the accessibility elements present, absent and in disagreement with the legislation and technical standards. Some adjustments were made in the Park of the Indigenous Nations, however, without regard to the recommendations of the Brazilian Association of Technical Norms number 9050. It was concluded that the Parque das Nações Indígenas does not present satisfactory conditions of accessibility.

Keywords: Leisure; Tourism of social inclusion; Accessibility; Democratization of space; Green area.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Problema	12
1.2 Justificativa	12
1.3 Área de Estudo	13
1.4 Objetivos.....	13
1.4.1 Geral	13
1.4.2 Específicos.....	13
2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	14
2.1 Parque das Nações Indígenas.....	14
2.2 Infraestrutura do Parque das Nações Indígenas	15
2.3 Setorização do Parque das Nações Indígenas.....	18
2.4 Recursos naturais: hidrologia, fauna e vegetação	17
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	21
3.1 História de Mato Grosso do Sul: um breve relato	25
3.2 Campo Grande	22
3.3 Turismo.....	23
3.4 Segmentação do Turismo.....	24
3.5 Turismo de inclusão social	24
3.6 O direito ao lazer e a democratização do espaço.....	25
3.7 Atrativos recreativos e turísticos	27
3.8 Metodologia	28
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	31
4.1 Inventário da oferta turística do Parque das Nações Indígenas	31
4.2 Averiguação e diagnóstico.....	32
4.2.1 Verificação da acessibilidade da edificação	32
4.2.2 Verificação da acessibilidade do passeio público	42
4.2.3 Verificação da acessibilidade nos terminais.....	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
6. REFERÊNCIAS	54
7. ANEXOS.....	58

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1	Índice de acessibilidade	30
QUADRO 2	Acessibilidade na edificação dos equipamentos de lazer do Parque...	32
QUADRO 3	Acessibilidade nos portões de acesso ao que contemplam vagas e passeio público sinalizados para pessoas com deficiência.....	43
QUADRO 4	Acessibilidade no ponto de parada do transporte público que atende o parque.....	49
FIGURA 1	Localização dos portões do Parque das Nações Indígenas.....	15
FIGURA 2	Deques.....	30
FIGURA 3	Praça dos Grandes Eventos.....	33
FIGURA 4	Teatro de Arena e Concha Acústica Helena Meirelles.....	35
FIGURA 5	Concha Acústica Helena Meirelles - rampa	35
FIGURA 6	Sanitário Concha Acústica.....	36
FIGURA 7	Lavatório.....	36
FIGURA 8	Acesso ao palco da Concha Acústica, em detalhe corrimão unilateral na escada de acesso ao palco e ausência de sinalização dos degraus.....	37
FIGURA 9	Opções para sinalização visual de degraus.....	37
FIGURA 10	Arquibancada Concha Acústica, em detalhe a ausência de espaço reservado para PCR e PMR.....	38
FIGURA 11	Espaço reservado PCR e PMR conforme ABNT NBR 9050.....	38
FIGURA 12	Rampa e escada de acesso ao Teatro Arena.....	39
FIGURA 13	Fachada do MARCO.....	40
FIGURA 14	MCDB.....	41
FIGURA 15	Quadras poliesportivas.....	41
FIGURA 16	Embarcadouro.....	42
FIGURA 17	Veículos estacionados na entrada do Parque.....	45
FIGURA 18	Vagas especiais em frente à 'Cidade do Natal'.....	45
FIGURA 19	Vagas especiais portão Guató.....	46
FIGURA 20	Modelo de vagas especiais espaço adicional de circulação.....	46
FIGURA 21	Veículos estacionados no gramado externo do portão Terena.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agetran	Agência Municipal de Transporte e Trânsito
Assetur	Associação das Empresas de Transportes Coletivos Urbanos de Campo Grande
Avape	Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência
Conade	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
Embratur	Instituto Brasileiro do Turismo
FCMS	Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
Fundtur	Fundação de Turismo de Mato de Grosso do Sul
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM Bio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Imasul	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
Marco	Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul
MCDB	Museu das Culturas Dom Bosco
MS	Mato Grosso do Sul
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PCR	Pessoas com cadeira de rodas
PIB	Produto Interno Bruto
PMR	Pessoas com mobilidade reduzida
PR	Paraná
RJ	Rio de Janeiro
SAC	Serviço de Atendimento ao Cliente
SIA	Símbolo Internacional de Acesso
Semade	Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
SP	São Paulo
TVE	TV Educativa

UNRIC

United Nations Regional Information Centre

WTTC

World Travel & Tourism Council

INTRODUÇÃO

Caminhar, atravessar a rua, usar transporte público, entrar em algum estabelecimento, sentar-se à mesa ou ser atendido em Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC). Essas são atividades rotineiras que são difíceis de serem realizadas quando se tem alguma deficiência física ou dificuldade de locomoção. Isso pode se tornar impossível quando também não há acessibilidade.

De acordo com o Centro Regional de Informação das Nações Unidas (*United Nations Regional Information Center - UNRIC*), cerca de 10% da população mundial vive com algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora, mental/intelectual) em diferentes graus de dificuldade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por outro lado, o censo do ano de 2010 aponta que 23,9% da população brasileira possui pelo menos uma deficiência. Em Campo Grande essa demanda é acima da média nacional, representando 26,9% da população, sendo 130.334 casos de deficiência visual, 33.632 casos de deficiência auditiva, 50.247 casos de deficiência motora e 10.179 casos de deficiência intelectual/mental, todas em diferentes graus de dificuldade (IBGE, 2010).

Em 1982 a Organização das Nações Unidas - ONU, através do Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (*World Programme of Action Concerning Disabled Persons*), registrou que seus países membros devem garantir que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades de desfrutar de atividades recreativas e acesso a locais de lazer.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 prevê que, como parte do processo de defesa da cidadania e direito de inclusão social, a pessoa que possua deficiência deverá ter as mesmas oportunidades que os demais cidadãos para alcançar sua independência social e econômica, interagindo plenamente na sociedade.

No ano de 2009 a rede aberta de TV deu início à Campanha Nacional da Acessibilidade com o slogan 'Siga essa ideia'. Um vídeo foi produzido e apresentado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) mostrando situações do dia a dia e as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Para incorporar essa prática ao Turismo, o Governo Federal, por meio do Ministério do Turismo (MTur), propõe ações de apoio a projetos relacionados à acessibilidade em atrativos e prestadores de serviços turísticos, como forma de gerar melhor qualidade de vida à população local e atrair turistas.

Dessa forma, a capital de Mato Grosso do Sul, Estado que é referência internacional como destino de ecoturismo, deve proporcionar acessibilidade a essa expressiva parte de sua população. Deve, também, promover o turismo inclusivo comprometido com essa causa.

Campo Grande conta com importantes recursos naturais em sua área urbana, que podem ser utilizados como atrativos turísticos. O Parque das Nações Indígenas, por exemplo, está localizado em uma área de grande circulação de pessoas. Sua estrutura para atividades de lazer e de atrativos turísticos foi planejada para uso da população local de forma a suprir os mais diversos interesses: artístico, intelectual, físico, manual e social. Devido ao entendimento das necessidades ligadas ao lazer, o espaço tornou-se um lugar de representatividade cumprindo a função de bem público de uso comum do povo com objetivos educacionais, recreativos e científicos (FERRETTI, 2002).

1.1 Problema

As condições de acessibilidade do Parque das Nações Indígenas são satisfatórias, permitindo o acesso de todos aos benefícios das atividades de lazer?

1.2 Justificativa

A rotina da sociedade contemporânea é composta por várias atividades como trabalho, estudo, longos deslocamentos e, em geral, uma paisagem urbana com poucos elementos naturais, cercada de altos edifícios, avenidas e inúmeros automóveis, o que torna o dia a dia mais cansativo e desagradável.

Com vistas a essa realidade, o lazer desempenha um papel essencial no sentido de promover o bem-estar social, possibilitando a fuga desse cotidiano: são momentos em que o indivíduo realiza atividades que lhe proporcionam prazer,

relaxamento, recreação, sem compromissos ou obrigações sociais, religiosas ou familiares.

Para atender a essa necessidade de lazer da população, são criados espaços e equipamentos públicos. Campo Grande oferece atrativos turísticos importantes, como o Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul e o Museu das Culturas Indígenas Dom Bosco, locais relacionados ao lazer da população e à recreação turística. Entretanto, ao se pensar sobre o turismo inclusivo, desconhece-se a condição de acessibilidade desse espaço para que pessoas com deficiência desfrutem de seu tempo livre com autonomia e segurança.

1.3 Área de estudo

O Parque das Nações Indígenas é uma área urbana e pública, criada pelo Decreto Estadual nº 7.354, de 17 de agosto de 1993, e localizada entre as duas principais avenidas da capital de Mato Grosso do Sul: Afonso Pena e Mato Grosso.

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

Analisar as condições de acessibilidade existentes no espaço do Parque das Nações Indígenas tendo em vista seus equipamentos e infraestrutura de lazer.

1.4.2 Específicos

- Inventariar infraestrutura e equipamentos de lazer existentes no espaço do Parque das Nações Indígenas.
- Averiguar e diagnosticar os elementos de infraestrutura de lazer e equipamentos relacionados às condições de acessibilidade no referido espaço.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 Parque das Nações Indígenas

O Parque das Nações Indígenas foi projetado com a justificativa de que, em Campo Grande, os equipamentos de lazer públicos e privados eram distribuídos de forma relativa. Assim, a maioria dos espaços de lazer era formada por equipamentos privados, o que não garantia o acesso de toda a população, tornando-o um privilégio de alguns. Com o objetivo de oferecer à população um equipamento de lazer público, com fácil acesso do usuário e em área urbanizada, o Parque das Nações Indígenas foi construído no início dos anos de 1990, por meio de convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal (FERNANDES *et al*, 1993).

A construção do minianel viário e da rua Ceará ocasionou a expansão urbana para a zona leste da cidade. Outro fator para o crescimento dessa região foi a escolha da área, popularmente conhecida como 'Desbarrancado', para a implantação do Parque dos Poderes, sede administrativa do governo estadual. Em 1986 houve o prolongamento da Avenida Afonso Pena em direção ao Parque Estadual do Prosa, unidade de conservação adjacente ao Parque das Nações Indígenas. Além disso, a baixa densidade habitacional e populacional da área decorrente da recente ocupação e do elevado padrão socioeconômico dos moradores da região, também contribuiu para a construção do *Shopping Center* Campo Grande, em outubro de 1987; e do Pavilhão de Exposições Albano Franco (FERNANDES *et al*, 1993).

As chácaras e pastagens remanescentes entre as avenidas Mato Grosso e Afonso Pena, foram a única área em que não houve loteamento: esse local foi escolhido para construir o Parque das Nações Indígenas (FERNANDES *et al*, 1993). Trata-se de um espaço projetado para oferecer lazer à população e aos visitantes. Seu nome é uma homenagem às tribos indígenas de Mato Grosso do Sul: *Kaiowá, Guarani, Nandeva, Kadiwéu, Terena, Ofaié-Xavante, Guató e Guaicuru*. Foi implantado na forma de 'Fundação' com comissão mista de administração estadual e municipal por meio do Decreto Estadual nº 7.354, de 17 de agosto de 1993.

O Parque das Nações Indígenas possui 112 hectares e está localizado na extremidade leste da Avenida Afonso Pena, local conhecido como 'Altos da Afonso Pena' por estar na parte mais elevada da avenida. Tem limites com as ruas Ivan Fernandes Pereira, Professor Luís Alexandre de Oliveira, Antônio Maria Coelho, Avenida Mato Grosso e o Parque Estadual do Prosa (Figura 1).



Figura 1 - Localização dos portões do Parque das Nações Indígenas

Fonte: Sistema Municipal de Indicadores Georreferenciados para o Planejamento e a Gestão de Campo Grande, MS - Sisgran (2016)

2.2 Infraestrutura do Parque das Nações Indígenas

O planejamento de infraestrutura do parque foi desenvolvido por meio de um Plano Diretor, que é um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano (BRASIL, 2002). Então, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica e política, apresenta um conjunto de propostas para o desenvolvimento socioeconômico e para a organização espacial do uso do solo, da infraestrutura e dos demais elementos urbanos (VILLAÇA, 1999).

O Plano Diretor do Parque das Nações Indígenas foi desenvolvido no ano de 1993 e contemplou:

- Condicionantes relativos ao meio físico (chuva, geomorfologia,

pedologia, hidrologia);

- Condicionantes relativos ao meio biótico (cobertura vegetal, fauna);
- Condicionantes relativos à infraestrutura de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial), de energia elétrica (suprimento, distribuição, iluminação pública) e de comunicação (telefone);
- Condicionantes relativos a serviço urbano de apoio (transporte coletivo, segurança pública, pronto-socorro médico);
- Condicionantes relativos aos aspectos físico-espaciais (situação, uso, ocupação do solo);
- Condicionantes relativos aos aspectos econômicos, sociais e culturais;
- Condicionantes relativos à infraestrutura de lazer (contemplativo, educacional e recreativo).

No condicionante relativo à infraestrutura de lazer, o Plano Diretor detalha um programa de atividades de acordo com a necessidade de lazer contemplativo, educacional e recreacional:

a) Lazer contemplativo: potencial paisagístico da área, condicionantes ambientais.

Espelho d'água (lago), bosque, pomares, jardim de flores, jardim de plantas aquáticas, trilhas, praças, mirantes e quiosques [previsto no plano].

b) Lazer educacional: apresentar por meio de suas diversas formas, aspectos de cunho social, histórico, científico e artístico.

Monumento ao Índio - Praça Zarabatana: constitui-se mais como um marco referencial do Parque do que como um equipamento propriamente dito. Contudo, deverá ser [previsto no plano] um monumento que pela arte sensibilize o usuário para as questões indígenas atuais, simbolizando a homenagem do povo sul-mato-grossense às nações indígenas que ajudaram a fundar o Estado.

Praça da Memória: espaço aberto à instalação de esculturas que representem aspectos da história de Mato Grosso do Sul e da própria cidade de Campo Grande [previsto no plano].

Praça dos Grandes Eventos: espaço aberto visando atender a grandes eventos artísticos e cívicos.

Pavilhões dos Imigrantes: conjunto de pavilhões destinados a se constituírem em um centro de exposição permanente da cultura dos povos estrangeiros que imigraram para o Estado. Nesses pavilhões, destinados a cada povo, deverá ser montada uma exposição acerca da história de sua imigração até os dias de hoje, revelando seus costumes, objetos e utensílios típicos, sua arte, etc. Da mesma forma, também poderão ser comercializados nesses espaços objetos diversos, comidas típicas, etc., configurando-se este conjunto como uma 'feira da cultura imigrante' [previsto no plano].

Teatro de Concha e Teatro de Arena: complexo, atualmente, conhecido como 'Concha Acústica Helena Meirelles'. Essa obra iniciada em 1992 e paralisada em 1994 foi retomada e inaugurada em outubro de 2004. O Projeto Estação Cultura oficializou o início das atividades culturais nesse espaço. No dia 13 de março de 2005 aconteceu o *show* musical da Família Espíndola e da 'Dama da Viola' Helena Meirelles. Possui auditório para 1050 pessoas e Teatro Arena com 450 lugares (Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul - FCMS, s/d).

Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul (MARCO): projetado pelo arquiteto Emmanuel de Oliveira, começou a ser construído em 1993 e foi concluído em julho de 2002 com recursos da Lei de Incentivo à Cultura. Desde então, as artes sul-mato-grossenses tomaram um novo impulso, dada a possibilidade de um diálogo maior com as artes de outras regiões e a oportunidade de divulgação da produção artística local (FCMS, s/d).

Museu das Culturas Dom Bosco (MCDB): foi fundado pelos padres salesianos em 27 de outubro de 1951 nas dependências do Colégio Dom Bosco em Campo Grande. Em 1978 o 'Museu do Índio', como ficou conhecido pela população, foi instalado no prédio anexo à Missão Salesiana de Mato Grosso, na Rua Barão do Rio Branco. Já em 2003 a Missão Salesiana de Mato Grosso e a Universidade Católica Dom Bosco, instituições mantenedoras do Museu Dom Bosco, assinaram convênio com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul para a implantação de um novo museu no Parque das Nações Indígenas (MCDB, 2016).

Atualmente, o Museu das Culturas Dom Bosco possui uma área de exposição permanente com aproximadamente 1000 m², além de espaço para exposições temporárias, recepção, auditório e área administrativa. Seu acervo

principal é a Exposição de Etnologia, que possui uma coleção de objetos de vários povos indígenas, divididos em: Povos do Mato Grosso do Sul, Povo *Xavante*, Povo *Bororo*, Povo *Karajá*, Povos do Rio *Uaupés*. O museu ainda possui acervos de Arqueologia, Mineralogia, Paleontologia e Zoologia (MCDB, 2016).

c) Lazer recreacional: atividades esportivas que foram incentivadas considerando os hábitos culturais da população campo-grandense quanto a esse tipo de lazer.

Quadras esportivas: quadra polivalente (quadras de vôlei de areia, quadras de tênis e quadras de peteca); ringues (patinação e *skate*); pistas (ciclismo e *bicicross*); equipamentos de atletismo (barras, cavalos, pranchas, etc.) e espaços para jogos de mesa. A atividade náutica também pode ser desenvolvida a partir da utilização de pedalinhos e barcos a remo; além das atividades de caminhada e trilhas ecológicas.

2.3 Setorização do Parque das Nações Indígenas

A metodologia de projeto do Parque pauta-se na setorização e no zoneamento, que é o agrupamento de ambientes destinados a uso similares ou complementares (GARABINI, 2004).

Atualmente, o parque possui os seguintes setores:

Setor Recreativo Contemplativo:

- Portão *Kaiowá* (Avenida Afonso Pena): praça, *playground*, sanitários, deque.
- Portão *Guató* (Rua Ivan Fernandes Pereira): monumento Cavaleiro Guaicuru, praça de grandes eventos, lago, ilha, ponte.

Setor Administrativo:

- Portão *Guarani* (Avenida Afonso Pena): placa informativa, pista de caminhada, ciclovia, Monumento aos Povos Indígenas, Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, Casa do Homem Pantaneiro, futuras instalações do Aquário do Pantanal.

Setor Histórico-cultural:

- Portão *Ñandeva* (Avenida Afonso Pena): Museu de Culturas Dom Bosco.

Setor Artístico-cultural:

- Portão *Kadiwéu* (Rua Antônio Maria Coelho): Museu de Arte Contemporânea, Concha Acústica Helena Meirelles, ciclovia.

Setor Recreativo e Poliesportivo:

- Portão *Terena* (Rua Antônio Maria Coelho): quadra de areia, quadra poliesportiva, pista de *skate*.

Setor Institucional-educacional:

- Portão *Ofaié-Xavante* (Avenida Mato Grosso): Polícia Militar Ambiental.
- Portão *Guaicurus* (sem acesso): limite com o Parque Estadual do Prosa.

2.4 Recursos naturais: hidrologia, fauna e vegetação

O córrego Prosa é o principal curso d'água do Parque das Nações Indígenas. Sua nascente está no Parque dos Poderes e seus afluentes são o córrego *Reveillieu* e a jusante do córrego Sóter. Os Córregos Prosa e *Reveillieu* são propensos ao aproveitamento para formação de espelhos d'água e sujeitos ao transporte de sedimentos. Área de mata ciliar: Córrego Prosa: 3,645 hectares, Córrego *Reveillieu*: 1,141 hectare, Córrego Sóter: 0,237 hectare (IMASUL, s/d).

À época do Plano Diretor, concluiu-se que poucos animais, traços ou seus indicadores foram observados, devido ao estado de alteração ambiental em que se encontrava a área. As lavouras, animais domésticos e pastos contribuíram para o desaparecimento desses animais. Após a implantação do parque, foram introduzidos patos, marrecos, cisnes, cotias, micos, pavões, garças e inhumas (FERNANDES *et al*, 1993). Em estudo mais recente, considerando apenas a avifauna, foram registradas 91 espécies no interior do parque (OPPLIGER *et al*, 2016a).

Durante o diagnóstico do plano diretor, a vegetação estava bastante

descaracterizada em relação à flora original, pois havia áreas de pomares remanescentes das sedes das pequenas propriedades. Com a instalação do parque houve o plantio de mais de três mil mudas de árvores nativas, com bosques de espécies frutíferas, de madeiras nobres e espécies características do Cerrado (FERNANDES *et al*, 1993).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 História de Mato Grosso do Sul: um breve relato

O Estado de Mato Grosso do Sul surge da divisão de Mato Grosso, que ocorreu no dia 11 de outubro de 1977. Durante o século XVI os espanhóis trouxeram o gado e iniciaram a exploração e a comercialização da erva-mate. Algumas tribos indígenas, como os *Guaicuru*, aprenderam com os espanhóis a usar o cavalo como montaria e para o manejo do gado, tornando-se hábeis cavaleiros e também os primeiros fazendeiros sul-mato-grossenses. Até o início do século XVIII, a região sul de Mato Grosso era habitada por índios e paraguaios, remanescentes das missões jesuítas espanholas (WEINGÄRTNER, 1995).

Localizada na região Centro-Oeste do Brasil juntamente com Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal, a Unidade Federativa faz divisa com outros cinco estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso. Ao sul, faz fronteira internacional com o Paraguai e a Bolívia. É banhado pelas bacias dos rios Paraná e Paraguai e seus afluentes. Sua área dividida entre dois principais biomas: o Cerrado e o Pantanal.

Capital: Campo Grande

População estimada: 2.651.235 (IBGE, 2015)

População: 2.449.024 (IBGE, 2010)

Área: 357.145,534 km²

Densidade demográfica: 6,86 hab./km²

Número de Municípios: 79

Principais cidades: Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas

A economia do Estado tem por base a agricultura e a pecuária, que tem forte predomínio da produção extensiva, além de atividades como a avicultura e a suinocultura de corte, em escala comercial. O Estado também é caracterizado pelo potencial no fornecimento de matérias-primas para a agroindústria, além de suas reservas minerais ainda não exploradas. O Mato Grosso do Sul desenvolve ações

para acelerar o seu processo de industrialização, modernizando e diversificando a logística de transportes, de modo que a expansão das atividades econômicas do Estado criaram condições necessárias para o crescimento do comércio interno e externo e áreas de serviços (SEMADE, 2015).

A partir de 1990, o Mato Grosso do Sul projetou-se no cenário nacional e internacional como destino turístico nos segmentos turismo rural, turismo de aventura, ecoturismo e, recentemente, turismo de negócios e técnico-científico (GRECHI, 2011). O turismo retrata uma forma de diversificação da economia de Mato Grosso do Sul dado o potencial turístico de seus recursos naturais (SEMADE, 2015).

Nesse sentido, para fomentar a atividade turística, no ano de 2004 o Ministério do Turismo - MTur, embasado nas recomendações da Organização Mundial do Turismo - OMT, adotou a política de desenvolvimento regional com o Programa de Regionalização do Turismo. Esse programa tem como objetivo apoiar a estrutura dos destinos e sua gestão. O Mato Grosso do Sul, no desenvolvimento dessa política, constituiu dez regiões turísticas: Costa Leste, Grande Dourados, Vale do Aporé, Caminhos da Fronteira, Rota Norte, 7 Caminhos da Natureza, Cone Sul, Bonito e Serra da Bodoquena, Pantanal e Caminho dos Ipês, do qual Campo Grande faz parte.

3.2 Campo Grande

Capital e maior cidade do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande foi elevada a município em 26 de agosto de 1899. Em razão do solo avermelhado e do clima tropical, a cidade é chamada de 'Cidade Morena'. É formada por uma diversidade de etnias e culturas que são a característica da identidade de seu povo. Sua população é estimada em 853.622 habitantes e a área de seu território é de 8.092,951 km² (IBGE, 2015).

Campo Grande destaca-se por sua área verde, avenidas largas, rede hoteleira variada e diversificada infraestrutura de comércio e serviços. É a principal porta de entrada para as regiões turísticas do Pantanal, Bonito e Serra da Bodoquena. A noroeste estão os municípios pantaneiros de Aquidauana, Miranda,

Corumbá, Porto Murtinho e o roteiro de ecoturismo em Bonito, Jardim e Bodoquena (FUNDTUR/MS, 2011).

É uma cidade com cultura diversificada, cosmopolita e com grandes atrativos de lazer e entretenimento. Lugares como a Feira Central e o Mercado Municipal traduzem parte da cultura e da identidade local. Nesses locais, os turistas podem encontrar artesanato e provar pratos típicos como o sobá, herança dos imigrantes japoneses. Seu potencial é em Turismo de eventos, rural e cultural, além de oferecer atrativos turísticos como museus, monumentos, arquitetura, igrejas, artesanato, feiras, aldeia indígena urbana, praças e parques (FUNDTUR/MS, 2011).

3.3 Turismo

A Organização Mundial do Turismo (OMT) define o turismo como um fenômeno social, econômico e cultural que envolve pessoas. Para Lohmann e Panosso Netto (2012), ele pode ser entendido como um fenômeno sociocultural que permeia grande parte das ações humanas e da economia mundial. Presume hospitalidade, encontro e comunicação com outras pessoas, bem como o uso de tecnologias e inúmeras outras condições, o que gera experiências variadas e impactos diversos.

Para representar a importância do turismo na economia, um estudo foi realizado pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (*World Travel & Tourism Council* - WTTC, na sigla em inglês) em parceria com a Universidade de Oxford. O Brasil foi o país com maior previsão de crescimento em investimentos nesse setor no mundo para o ano de 2014 (21,8%), enquanto a média mundial era de 5,7%, e ainda gerou 8,9 milhões de empregos diretos e indiretos (EMBRATUR, 2014). Para 2024 projeta-se que o turismo no Brasil alcance 10,3% do PIB (R\$ 700 bilhões) e empregue 10,6 milhões de pessoas (9,7% do total). Mas, para otimizar os recursos existentes na relação de demanda e de oferta, é essencial segmentar o mercado turístico, possibilitando atingir de forma confiável e eficaz os potenciais consumidores (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2012).

3.4 Segmentação do Turismo

Para o Ministério do Turismo (2010), a segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Definir o perfil dos turistas de uma localidade contribui para o planejamento da oferta e para a diversificação de seus produtos e serviços. Ao observar as características de um grupo (demanda) e avaliar seu comportamento, é possível organizar a segmentação de mercado de acordo com cinco variáveis: geográfica, demográfica e socioeconômica, psicográficas, padrões de comportamento, padrões de consumo e predisposição do consumidor.

Em um mundo globalizado, onde novas motivações de viagens surgem a todo o momento, os turistas exigem roteiros turísticos que se adaptem às suas necessidades, desejos e preferências, de forma que atendam às suas expectativas. Nesse sentido, a segmentação do Turismo é uma estratégia para estruturar e comercializar diversos destinos e roteiros. Para isso é necessário conhecer as características do destino e sua demanda de turistas. Como exemplos dessa ação, temos, entre outros: ecoturismo, turismo religioso, turismo de eventos, turismo de lazer, turismo de terceira idade, turismo de inclusão social (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2012).

3.5 Turismo de inclusão social

O termo 'inclusão social' difere-se de 'desigualdade social' que é um fenômeno de cunho socioeconômico e caráter essencial de igualdade. 'Inclusão social' remete à 'exclusão social': "negação total ou parcial da incorporação de grupos sociais à comunidade política e social" (RUA, 2006, p.21), onde o acesso às oportunidades sociais são impedidos ou obstaculizados. É um fenômeno cultural e social, que assenta-se em um caráter essencial de diferença, é um processo histórico do qual uma cultura, sob discurso de verdade, cria interdição e rejeição (SANTOS, 1995, *apud* RUA, 2006).

Por outro lado, a inclusão social é um processo que permite aos sistemas sociais comuns se tornarem adequados para todas as diversidades humanas, composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual,

deficiência entre outros atributos (SASSAKI, 2009). Um importante elemento na inclusão de pessoas com deficiência e, também, de pessoas obesas, gestantes e idosos, é a acessibilidade. Acessibilidade é a condição para utilização com segurança e autonomia de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, serviços de transporte, sistemas de meio de comunicação e informação (ABNT NBR 9050:2015).

A acessibilidade possui seis dimensões, sendo elas (SASSAKI, 2009):

- a) Arquitetônica: sem barreiras físicas;
- b) Comunicacional: sem barreiras na comunicação entre pessoas;
- c) Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.;
- d) Instrumental: sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.;
- e) Programática: sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.;
- f) Atitudinal: sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência.

Nesse sentido, a Lei Geral do Turismo (nº 11.771, de 17 de setembro de 2008), em seu Artigo 5º, aborda a promoção da prática da atividade turística com igualdade de oportunidades, equidade e solidariedade: “Art. 5º: A Política Nacional de Turismo tem por objetivos: I - democratizar e propiciar o acesso ao turismo no País a todos os segmentos populacionais, contribuindo para a elevação do bem-estar geral” (BRASIL, 2008).

O direito ao turismo é consequência do direito ao lazer (OMT, 1999) e ambos devem promover a inclusão social de todas as camadas da sociedade. Dessa forma, é imprescindível que ações voltadas a suprir as necessidades de lazer das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida sejam inclusas em planejamentos dos condicionantes relativos ao espaço e à infraestrutura de lazer.

3.6 O direito ao lazer e a democratização do espaço

Além do fenômeno econômico do Turismo, turismo e lazer têm a função de fuga do cotidiano. Para Dumazedier (1973), o lazer tem a função de descanso,

divertimento, recreação, entretenimento e desenvolvimento e diz respeito a um direito garantido a todos os seres humanos desde a Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948), que em seu no artigo 24 documenta: “[...] toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas”.

O Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência das Nações Unidas relata que as autoridades de turismo, organizações voluntárias e outras envolvidas na organização de atividades recreativas ou oportunidades de viagem, devem oferecer serviços a todos e não discriminar as pessoas com deficiência (ONU, 1982).

Na Constituição Federal de 1988, esse direito foi reforçado pelo Artigo 6º: “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social [...]” (BRASIL, 1988).

As aspirações ligadas ao lazer envolvem interesses artísticos, físicos, manuais, intelectuais e sociais e as atividades turísticas são oportunidades privilegiadas para a satisfação de todos eles. Por isso, o turismo pode representar uma ocasião de desenvolvimento pessoal e social, crítico e criativo e deve ser entendido como uma atividade cultural de lazer, oportunidade de conhecimento, de enriquecimento da sensibilidade, de percepção social e para experiências sugestivas (MARCELLINO, 2000).

De acordo com Diskin (2000), a qualidade de vida pessoal, institucional ou social depende da capacidade de se relacionar com o outro (o diferente) e o entorno. Essa relação deve ser respeitosa e responsável, promovendo o direito de oportunidades para usufruir dos bens naturais e culturais que todas as comunidades humanas têm disponíveis.

Segundo Marcellino (2008), democratizar o lazer implica democratizar o espaço. Todavia, o Brasil ainda não alcançou as condições condizentes de acessibilidade de forma a permitir o acesso de todos à experiência turística, promovendo bem-estar social. Isso porque projetar igualdade social pressupõe garantir acessibilidade a todos de forma a entender a diversidade como regra e não como exceção.

Entretanto, as pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida têm seu direito ao lazer negligenciado. Essa parcela da população brasileira, 23,9% de acordo com o censo IBGE 2010, não usufrui o lazer na sua totalidade, independente de sua situação econômica. As dificuldades enfrentadas mais frequentes são barreiras arquitetônicas, ausência de acesso às instalações turísticas, inabilidade ou incapacidade no seu atendimento.

Dessa maneira, para alcançar a democratização cultural do lazer, é importante observar a redução das barreiras arquitetônicas. Assim, pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos poderão usufruir desses espaços e equipamentos em sua totalidade, afinal democratizar significa tornar tudo acessível a todos. O espaço público está perdendo seu uso multifuncional de encontros, lazer e recreação para exercer a função de circulação. As pessoas buscam por áreas abertas como praças e parques a fim de aproveitarem seu tempo livre em contato com o meio ambiente. Nesse sentido, a falta de espaços de lazer contribui para a reclusão dessas pessoas que não dispõem de atividades recreativas em locais públicos (MARCELLINO, 2008).

3.7 Atrativos recreativos e turísticos

Muito se fala da péssima qualidade de vida nas grandes metrópoles, uma vez que a maioria das cidades não conta com um número suficiente de equipamentos específicos de lazer para atender sua população. A solução para isso está na recuperação e na revitalização desses espaços, que em geral dependem de recursos bem menores do que o valor para a construção de um novo equipamento (MARCELLINO, 2008).

De acordo com Jafar *et al* (2012), Campo Grande possui cinco áreas com atrativos naturais e com infraestrutura apropriada: acesso em boas condições e equipamentos com condições para atender o usuário, classificados como de 'alto potencial turístico'. São eles: Parque Florestal Antônio de Albuquerque (Horto Florestal), Parque Jacques da Luz Filho, Parque Sóter, Parque Ayrton Senna e Parque das Nações Indígenas, que recebeu a segunda melhor avaliação.

O Parque das Nações Indígenas tem expressiva representatividade para a

população local "[...] sendo um lugar de pertencimento, entendido pela tríade: habitante, identidade, lugar, pois se percebe a população local se identificando por meio desse lugar" (GARCIA, 2013, p. 204). Além disso, abriga um grande número de espécies de aves, atrativo singular para o ecoturismo em área urbana, que representa um importante bioindicador de qualidade ambiental (OPPLIGER *et al*, 2016b).

3.8 Metodologia

Conforme Ruschmann (2012), os atrativos turísticos são a base que fundamenta qualquer plano de desenvolvimento turístico. Dessa forma, durante o processo de planejamento, faz-se necessário inventariar e avaliar esses elementos. O objetivo do inventário é verificar a oferta turística de um determinado local com a finalidade de efetuar diagnóstico. Já a avaliação dos atrativos determina seu potencial turístico e contribui para a tomada de decisões estratégicas, fornecendo subsídios para determinar a quantidade, a qualidade dos equipamentos e a infraestrutura (DENCKER, 1998).

Além do inventário, diferentes técnicas foram combinadas para o desenvolvimento desta pesquisa: documentação indireta (documental e bibliográfica), documentação direta (pesquisa de campo quali-quantitativa) (LAKATOS, 2003). A pesquisa ocorreu entre os meses de abril e agosto de 2016.

Para o inventário dos equipamentos e da infraestrutura disponíveis no Parque das Nações Indígenas, o método utilizado foi baseado no Inventário de Oferta Turística, modelo proposto pelo MTur, no Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (2006). Esse modelo de inventário possui três categorias. Para essa fase da pesquisa, utilizou-se o formulário denominado 'Categoria B - Serviços e equipamentos turísticos - Subcategoria B.6.2: aplicável a espaços livres e áreas verdes' (ANEXO 1). Esse formulário permite o registro exclusivamente qualitativo referente aos atrativos, serviços, equipamentos e infraestrutura existentes no Parque das Nações Indígenas.

Para averiguar e diagnosticar as condições de acessibilidade no Parque das Nações Indígenas, foram aplicados o formulário principal 'Roteiro de Inspeção -

Mapeamento da Acessibilidade' elaborado e disponibilizado pelo MTur (2009). O 'Roteiro de Inspeção' é constituído de quatro formulários secundários, dos quais três foram utilizados (ANEXO 2):

- 1) Verificação da acessibilidade da edificação;
- 2) Verificação da acessibilidade do passeio público;
- 3) Verificação da acessibilidade nos terminais, pontos de parada de ônibus e meios de transporte.

Os formulários têm o objetivo de verificar os aspectos de acessibilidade em estabelecimentos públicos, privados e atrativos turísticos. Recorreu-se aos registros fotográficos para evidenciar os elementos de acessibilidade presentes, ausentes e em desacordo com a legislação e normas técnicas (atendimento ou não aos requisitos da legislação e das normas).

Foram analisadas as variáveis de acessibilidade que, obrigatoriamente, todos os estabelecimentos devem oferecer:

- Acesso externo à edificação;
- Acesso pavimentado à edificação;
- Acesso aos ambientes internos;
- Sanitários;
- Autonomia e segurança;
- Existência de pisos táteis de alerta;
- Existência de pisos táteis direcionais;
- Sinalização em *Braille*;
- Sinalização de equipamentos;
- Rampas, escadas e tratamento de desníveis;
- Recepção;
- Estacionamento ou locais de embarque/desembarque;
- Mobiliário, bebedouro e telefone acessível;
- Comunicação sonora para pessoas com deficiência visual.

No diagnóstico, para mensurar o grau de conformidade com as normas de acessibilidade, o parâmetro utilizado o 'Índice de Acessibilidade', desenvolvido pela Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (AVAPE) (Quadro 1) a

pedido do MTur, de acordo com a seguinte escala:

Índice	Acessibilidade	Atendimento
100%	Ótima acessibilidade	Atende plenamente
80% a 99%	Boa acessibilidade	Atende parcialmente
50% a 79%	Pouca acessibilidade	Atende ao mínimo
Inferior a 50%	Não atende ao mínimo de acessibilidade	

Quadro 1 - Índice de acessibilidade
Fonte: AVAPE, 2009

A metodologia do índice AVAPE é fundamentada nos conceitos de acessibilidade, desenho universal e rota acessível. Situações consideradas inadequadas para usuários deficientes são apontadas, sendo usado o juízo de valor por parte do avaliador, que pode comentar a inadequação do referido ambiente e as barreiras existentes (GUALBERTO FILHO, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Inventário da oferta turística no Parque das Nações Indígenas

Até meados do ano de 1993, a área do Parque das Nações Indígenas era considerada parte do Parque Regional do Prosa, criado a partir da Lei Municipal nº 2.813/91 de 17 de junho de 1991. Por meio do Decreto Estadual nº 7.354/93 de 17 de agosto de 1993, essa área passou a ser denominada Parque das Nações Indígenas. Seu plano diretor foi desenvolvido e projetado pelo escritório A3 Arquitetura S/C Ltda e foi aberto ao público em novembro de 1994.

A visita ao Parque é gratuita e o espaço está aberto ao público todos os dias, inclusive feriados, das 6h às 21h 30min. O estacionamento é gratuito, sem cobertura, com capacidade para 107 veículos, sendo duas vagas para ônibus turísticos.

De acordo com o inventário realizado, entre instalações, equipamentos, espaços e serviços, o parque disponibiliza:

- Área de exposição não coberta;
- Sinalização interna;
- Espaços para festas e eventos;
- Museus;
- Pista de *skate*;
- Iluminação noturna;
- Instalações sanitárias;
- Piso antiderrapante;
- Palco para eventos;
- Quadra poliesportiva;
- Grade ou proteção;
- Fraldário;
- Telefone público;
- Lago;
- Circuito de monitoramento de segurança;
- Disponibilidade de bicicletas (aluguel).

Com a normatização do acesso adequado para deficientes físicos ou pessoas com mobilidade reduzida, ao longo do tempo, o Parque das Nações Indígenas recebeu algumas melhorias voltadas para a acessibilidade: sua rota externa é livre de obstáculos, possui rampas e guias rebaixadas nos portões de acesso, estacionamento com vaga preferencial devidamente sinalizada, piso regular e antiderrapante.

4.2 Averiguação e diagnóstico

4.2.1 Verificação da acessibilidade da edificação

Foram averiguados os seguintes locais (Quadro 2):

- A. Deques (lazer contemplativo);
- B. Praça dos Grandes Eventos;
- C. Teatro Arena e Concha Acústica;
- D. Museu de Arte Contemporânea (MARCO);
- E. Museu das Culturas Dom Bosco (MCDB) (lazer educacional);
- F. Quadra de areia, quadras poliesportivas, pista de *skate* (lazer recreativo);
- G. Embarcadouro.

Itens avaliados	A	B	C	D	E	F	G
Estado de conservação das calçadas	bom	bom	Bom	bom	bom	-	-
Piso antiderrapante	sim	sim	Sim	sim	sim	sim	não
Piso antitrepidante	sim	sim	Sim	sim	não	sim	não
Guia rebaixada	não	sim	Sim	sim	-	não	não
Rampa acessível	não	-	Sim	-	sim	não	não
Sinal. tátil de alerta	não	não	Não	não	não	não	não
Sinal. tátil direcional	não	não	Não	não	não	não	Não
Índice de acessibilidade	42%	57%	71%	57%	42%	28%	0%

Quadro 2 - Acessibilidade na edificação dos equipamentos de lazer do Parque

Fonte: Autora (2016)

A) Deques

Possuem acesso pavimentado sem tratamento de desnível (rampas ou rebaixo da guia). Também não há guarda-corpos com altura de no mínimo 90 cm de

acordo com a NBR 14718 (ABNT) em torno da calçada (Figura 2). O piso da estrutura apresenta partes da madeira solta, quebrada, além de não haver lixas.



Figura 2 - Deques: a) Vista geral; b) Calçada sem guarda-corpos (destaque)
Fonte: Autora, 2016

B) Praça dos Grandes Eventos

Possui apenas um acesso pavimentado e em bom estado de conservação. Não existem degraus ou diferença de nível e não há espaço reservado para pessoas em cadeira de rodas (PCR) ou pessoas com mobilidade reduzida (PMR), pois não oferece arquibancada (Figura 3). Quando em evento, seus organizadores que definem a posição do palco, os locais para arquibancadas ou a disposição dos assentos.

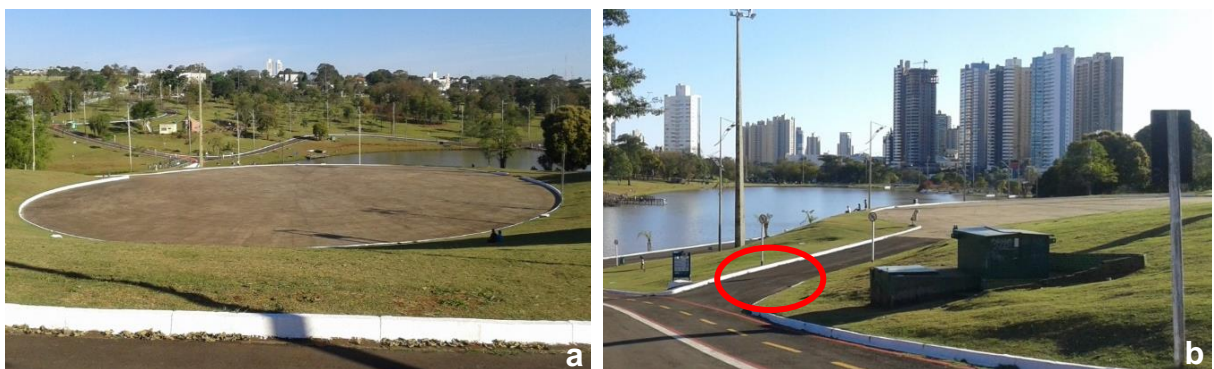


Figura 3 - Praça dos Grandes Eventos: a) Visão geral; b) Destaque do acesso à praça
Fonte: Autora, 2016

C) Teatro de Arena e Concha Acústica Helena Meirelles

O acesso externo à Concha Acústica está em bom estado de conservação, com piso antiderrapante e antitrepidante, mas apresenta algumas rachaduras em

toda a estrutura e não há sinalização tátil (Figura 4). Ao lado esquerdo, há uma rampa de acesso para o subsolo, onde estão localizados sanitários e camarins. De acordo com o projeto, são três camarins adaptados para pessoas com deficiência.



Figura 4 - Teatro de Arena e Concha Acústica Helena Meirelles; rampa de acesso aos sanitários (destaque)

Fonte: Autora, 2016

No acesso aos sanitários e camarins, não existe sinalização em *Braille* indicando o pavimento. Os corrimãos estão fora das recomendações da ABNT NBR 9050:2015 (Figura 5), que regulamenta que esses devem ser instalados em rampas, em ambos os lados, e em duas alturas: 0,90 m e a 0,70 m do piso. Os corrimãos laterais devem ser contínuos e sem interrupção nos patamares das rampas e suas extremidades devem ter acabamento recurvado, devendo se prolongar por pelo menos 0,30 m nas extremidades para informar que o piso a seguir é plano.

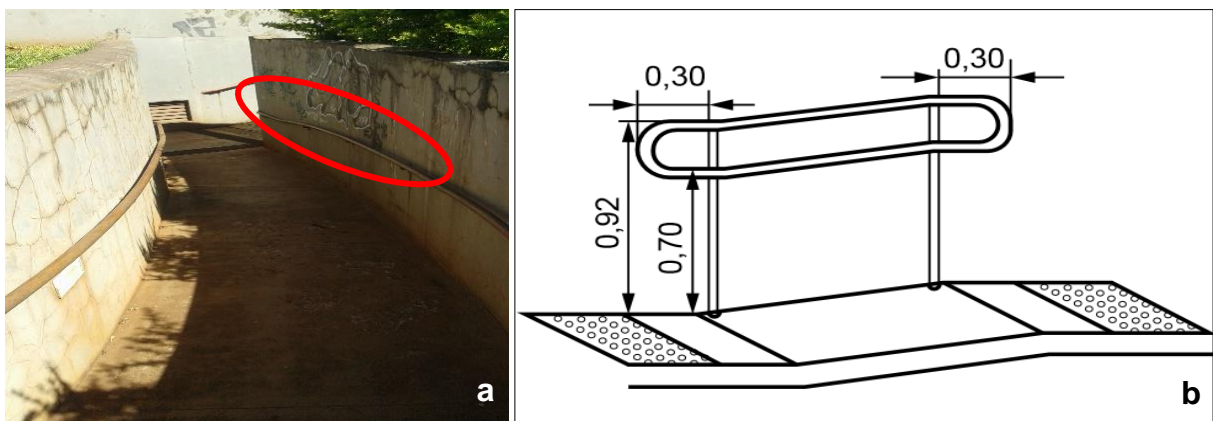


Figura 5 - Concha Acústica Helena Meirelles: a) Rampa de acesso aos sanitários e camarins, em destaque a ausência de um segundo corrimão; b) corrimão em rampa conforme recomendações ABNT NBR 9050

Fontes: a) Autora, 2016; b) ABNT, 2015

O box do sanitário não permite a circulação com giro de 360°, a barra de apoio está incorreta (Figura 6a). Conforme recomendações das normas técnicas, quando há bacia convencional com parede lateral, devem ser instaladas barras para apoio e transferência, uma barra reta horizontal e uma barra reta posicionada verticalmente (Figura 6b). O acionamento de descarga deve estar a uma altura máxima de um metro e preferencialmente deve ocorrer por sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes, como por exemplo, alavancas.

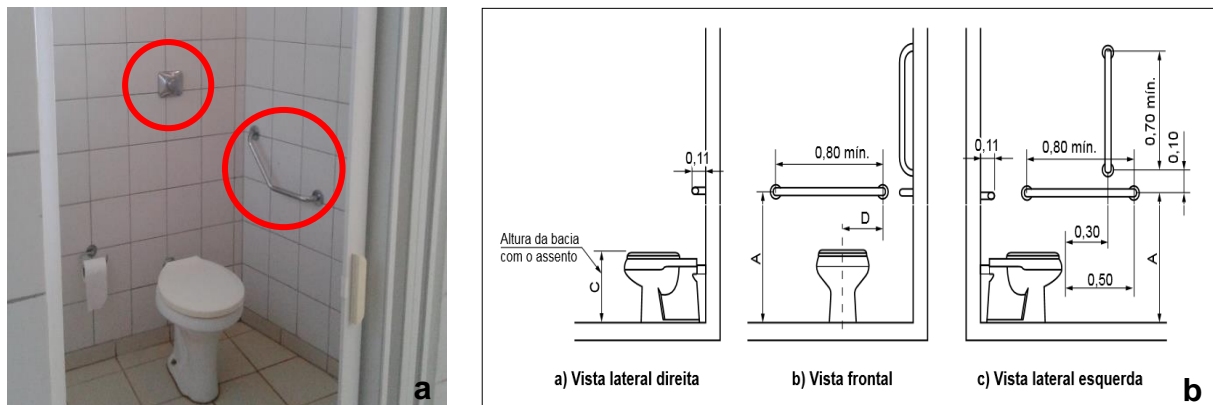


Figura 6 - Sanitário Concha Acústica: a) Box sanitário com parede lateral, em destaque barra de apoio incorreta, e acionamento de descarga sem alavanca; b) Barras de apoio e transferência conforme recomendações ABNT NBR 9050
Fontes: a) Autora, 2016; b) ABNT, 2015

Também não houve adequação nos lavatórios: não há pia rebaixada nem torneira automática (Figura 7a). Os lavatórios devem ser equipados com torneiras acionadas por alavancas ou, quando utilizada torneira com ciclo automático, recomenda-se o tempo de fechamento de dez a 20 segundos (Figura 7b).

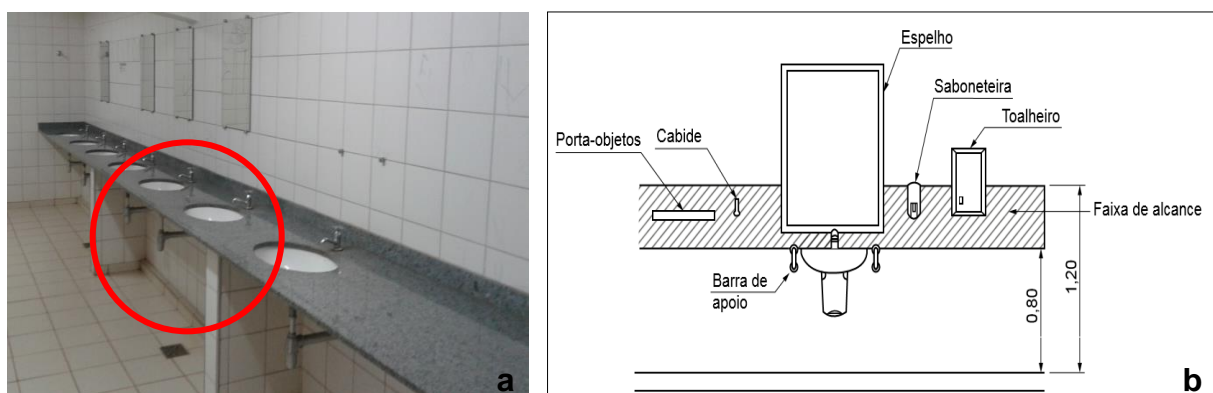


Figura 7 - Lavatório: a) Lavatório coletivo, destaque: pia não-rebaixada e ausência de torneira automática; b) Faixa de alcance de acessórios junto ao lavatório
Fontes: a) Autora, 2016; b) ABNT, 2015

No palco, o acesso é feito por escadas com corrimão unilateral e não há sinalização nos degraus (Figura 8). A sinalização visual dos degraus de escada deve ser aplicada aos pisos e espelhos em suas bordas laterais e/ou nas projeções dos corrimãos. Deve ser contrastante com o piso adjacente, preferencialmente fotoluminescente ou retroiluminado e com no mínimo 7 cm de comprimento e 3 cm de largura. (Figura 9).



Figura 8 - Acesso ao palco da Concha Acústica: destaque para o corrimão unilateral na escada de acesso ao palco e ausência de sinalização dos degraus
Fonte: Autora, 2016

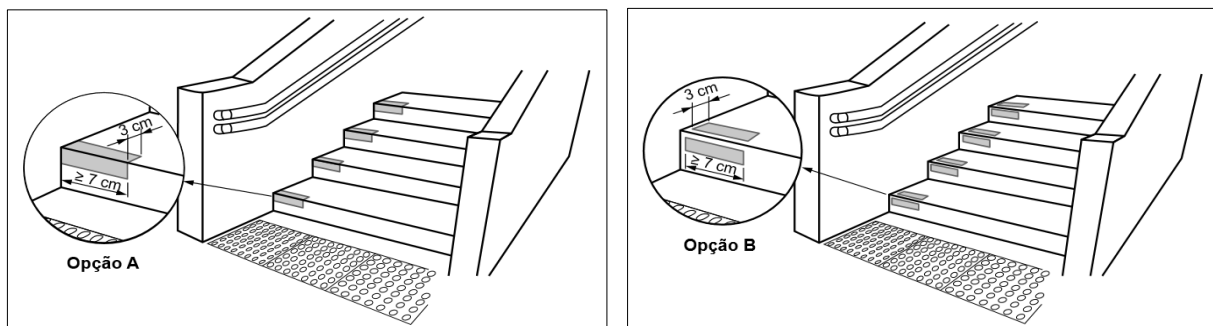


Figura 9 - Opções para sinalização visual de degraus
Fonte: ABNT 9050, 2015

Nas arquibancadas não há espaços reservados para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Figura 10). Esses espaços deveriam estar localizados em uma rota acessível vinculada a uma rota de fuga e distribuídos pelo recinto. Recomenda-se que estejam nos diferentes setores e com as mesmas condições de serviços, conforto, segurança, boa visibilidade e acústica. Além disso, a localização dos espaços para Pessoas com Cadeira de Rodas (PCR) e dos assentos para Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR) deve ser calculada de forma a garantir a visualização da atividade desenvolvida no palco.



Figura 10 - Arquibancada da Concha Acústica, detalhe da ausência de espaço reservado para PCR e PMR
Fonte: Autora, 2016

A localização dos espaços para PCR e dos assentos para PMR deve ser calculada de forma a garantir a visualização da atividade desenvolvida no palco (Figura 11a). O espaço reservado para PCR deve possuir as dimensões mínimas de 0,80 m por 1,20 m e estar deslocado 0,30 m em relação ao encosto da cadeira ao lado, para que a pessoa em cadeira de rodas e seus acompanhantes fiquem na mesma direção. Quando o espaço para PCR estiver localizado em fileira intermediária, a faixa livre de 0,30 m deve ser garantida em relação às fileiras frontal e posterior ao módulo (Figura 11b).

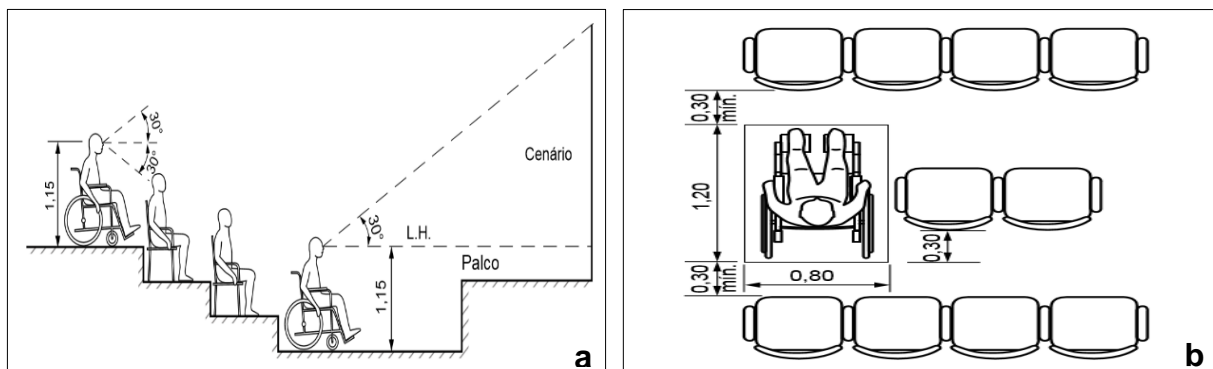


Figura 11 - Espaço reservado PCR e PMR conforme ABNT NBR 9050: a) ângulo visual dos espaços reservados para PCR e PMR; b) espaço para PCR em fileira intermediária - vista superior
Fonte: ABNT, 2015

O Teatro Arena está localizado atrás do palco da Concha Acústica e o acesso a ela é feito por meio de rampa e de escada (Figura 12). A largura da rampa está em dimensões satisfatórias, porém permite apenas um cadeirante por vez. A escada tem largura superior a 2,40 m e, dessa forma, é necessária a instalação de no mínimo um corrimão intermediário, garantindo faixa de circulação com largura

mínima de 1,20 m. Novamente, as dimensões dos corrimãos estão incorretas e a arquibancada não possui espaço reservado para PCD e PMR.

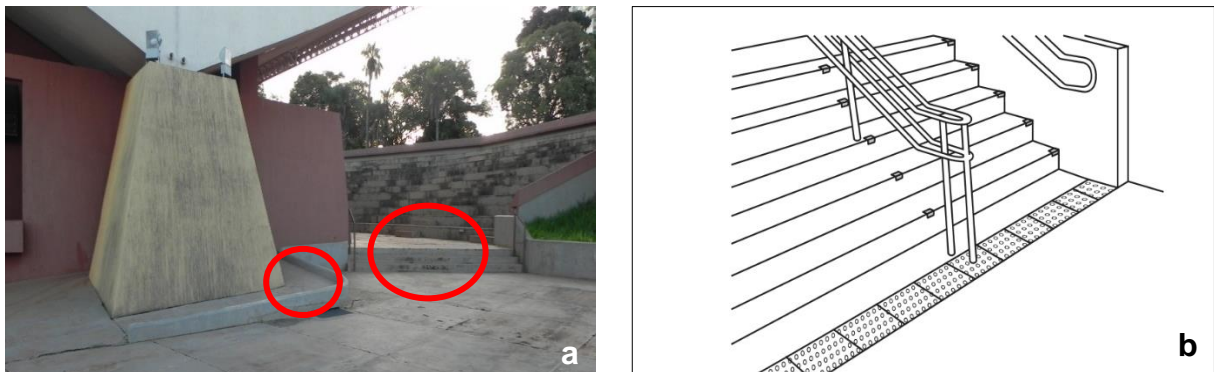


Figura 12 - Teatro de Arena: a) Rampa e escada de acesso à arquibancada e palco em destaque; b) Corrimão intermediário conforme recomendações ABNT NBR 9050
Fontes: a) Autora, 2016; b) ABNT, 2015

Em Campo Grande, a Concha Acústica Helena Meirelles possui três camarins com acessibilidade e seu projeto contemplou elementos de forma a incentivar a produção e a difusão artístico-cultural a pessoas com deficiência. O Teatro Arena também foi projetado com essa preocupação. Apesar disso, verifica-se que não há sinalização entre a borda do palco e a plateia, o que pode ocasionar queda. Além disso, a arquibancada não dispõe de espaço reservado para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O acesso aos sanitários é possível por rampas fora da angulação correta, causando um trajeto conturbado. Os sanitários não estão de acordo com as recomendações da ABNT NBR 9050/2015: o espaço do box não permite o giro de 360°, barras de apoio estão em posição incorreta e o lavatório não é acessível.

Em Curitiba, PR, um estudo semelhante analisou a acessibilidade nos cinco principais atrativos turísticos da cidade: Jardim Botânico, Ópera de Arame, Parque Barigui, Parque Tanguá e Museu Oscar Niemeyer. A Ópera de Arame é um local para apresentações culturais, mesma finalidade da Concha Acústica Helena Meirelles. Na Ópera de Arame, os espaços reservados na plateia para PCR e PMR estão presentes. O prédio também conta com elevadores que dão acesso aos demais níveis do teatro (COSTA, 2012). Entretanto, os sanitários não possuem todos os elementos de acessibilidade, situação comum à da Concha Acústica no Parque das Nações Indígenas.

D) Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul - MARCO

A entrada do MARCO é pela Rua Antônio Maria Coelho, ao lado do portão *Kadiwéu*. O local não possui vagas de estacionamento nem passeio público pavimentado. Há uma calçada em frente ao museu, em bom estado de conservação, com piso antiderrapante e antitrepidante. Entretanto, existe pequena diferença de nível em trechos de uma calçada a outra (Figura 13a). Na lateral esquerda do MARCO há um telefone público acessível (Figura 13b) e, como é considerado mobiliário urbano, está fora da calçada para não obstruir a rota acessível. Essa entrada é feita de concreto sobre a vegetação. Possui uma caixa de inspeção cuja tampa é firme e rente ao concreto, não gerando dificuldades de circulação.



Figura 13 - Fachada do MARCO: a) Calçada de acesso, destaque para o piso regular; b) Telefone público acessível, destaque para a instalação fora da calçada, sobre a vegetação
Fonte: Autora, 2016

E) Museu das Culturas Dom Bosco - MCDB

A entrada é através do portão *Ñandeva*. Há rampa para o acesso, porém não está centralizada em relação à calçada (Figura 14a). O acesso é pavimentado com rampa e o piso é antiderrapante, feito com placas de concreto. Existem fissuras nas placas, mas há pouca diferença de nível entre uma placa e outra (Figura 14b).



Figura 14 - MCDB: a) Rampa de acesso não está centralizada em relação à calçada (destaque); b) Calçada de acesso em placas de concreto
Fonte: Autora, 2016

A avaliação das condições de acessibilidade da parte interna dos museus MARCO e MCDB não foram realizadas porque tais espaços não se enquadram às características consideradas para avaliar o Parque das Nações Indígenas, que se configura como público e ao ar livre. Apesar disso, o acesso até a entrada dos museus foi avaliado, constatando-se que a passarela é uma superfície plana e firme, apresentando dificuldades para o acesso a nenhum dos dois prédios.

F) Quadra de areia, quadras poliesportivas, pista de skate

O setor recreativo e poliesportivo possui pista de skate, quadra de areia e duas quadras poliesportivas. Não há acesso pavimentado até as quadras e o trajeto é sobre a vegetação (Figura 15a). Para o preparo do terreno em que foram construídas, houve a necessidade de aterro, ocasionando diferença de nível entre o acesso e o piso das quadras. Ao redor delas, ainda existem valas que coletam água da chuva, gerando mais dificuldade no acesso (Figura 15b).



Figura 15 - Quadras poliesportivas: a) Acesso à quadra sem pavimento (destaque); b) Diferença de nível entre uma quadra e outra (destaque)
Fonte: Autora, 2016

G) Embarcadouro

O embarcadouro é de uso dos praticantes de caiaque. Por esse motivo, seu guarda-corpos tem uma abertura. O acesso é feito pelo gramado, pois não possui calçadas (Figura 16a). O piso da estrutura apresenta problemas como falta de tacos de madeira, tacos soltos ou quebrados. Além disso, não há lixas antiderrapantes (Figura 16b).



Figura 16 - Embarcadouro: a) Acesso sem pavimento (destaque); b) Estrutura danificada (destaque)
Fonte: Autora (2016)

No formulário ‘Verificação da acessibilidade da edificação’ constatou-se que a concha acústica obteve a melhor classificação, atendendo parcialmente às normas de acessibilidade. Apesar de esforços para solucionar as inadequações, ainda assim, não foram satisfatórias. A análise também apontou que os atrativos de lazer recreativo (quadras de areia, poliesportiva, pista de *skate* e embarcadouro) são os que apresentaram menor grau de conformidade com as recomendações para acessibilidade.

4.2.2 Verificação da Acessibilidade do Passeio Público

O Parque das Nações Indígenas possui estacionamento gratuito, sem cobertura e com capacidade para 107 veículos, sendo duas vagas para ônibus turísticos e 15 vagas especiais. Dessas, dez são destinadas a pessoas com deficiência e cinco para idosos (Quadro 3).

Verificação da Acessibilidade do Passeio Público		<i>Kaiowá</i>	<i>Guarani</i>	<i>Ñandeva</i>	<i>Guató</i>
Quantidade vagas	Número de vagas totais	54	45	40	19
	Número de vagas especiais	0	09	04	02
Sinalização	Vagas especiais possuem sinalização vertical?	-	sim	sim	sim
	Vagas especiais possuem sinalização horizontal?	-	sim	sim	sim
Espaço adicional	Possui espaço adicional de circulação?	não	não	não	não
Rota Acessível	Possui piso tátil?	não	não	não	não
	Possui rampas?	não	não	não	não
	Possui rebaixo?	não	não	sim	não
Piso	Possui inclinação transversal constante não superior a 2%?	sim	sim	sim	sim
	Possui superfície regular?	sim	sim	sim	sim
Índice de Acessibilidade		25%	50%	62%	50%

Quadro 3 - Acessibilidade nos portões de acesso que contemplam vagas de estacionamento e passeio público sinalizados para pessoas com deficiência

Fonte: Autora, 2016

Localização dos portões:

Portão <i>Kaiowá</i> :	Av. Afonso Pena
Portão <i>Guarani</i> :	Av. Afonso Pena
Portão <i>Ñandeva</i> :	Av. Afonso Pena
Portão <i>Ofaié-Xavante</i> :	Av. Mato Grosso
Portão <i>Terena</i> :	Rua Antônio Maria Coelho
Portão <i>Kadwéu</i> :	Rua Antônio Maria Coelho
Portão <i>Guató</i> :	Rua Ivan Fernandes Pereira

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu Artigo 47, prevê vagas especiais de estacionamento em todas as áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas. Essas regras são aplicadas, além do estacionamento em vias terrestres abertas à circulação, também a estacionamentos privados como os de supermercados e *shopping centers*, por exemplo.

Quanto à localização das vagas especiais, ainda de acordo com a LBI, estas devem estar “[...] próximas aos acessos de circulação de pedestres” e são destinadas “[...] para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade”. Os veículos que têm direito à vaga especial devem exibir a credencial de beneficiário, que é confeccionada e fornecida pelos órgãos de trânsito e tem validade em todo território nacional. O Símbolo Internacional de Acesso - SIA, não substitui a credencial.

Conforme recomendações da ABNT NBR 9050:2015, as vagas de estacionamento reservadas para deficientes devem:

- a. Ter sinalização vertical e horizontal demarcadas com o Símbolo Internacional de Acesso (SIA);
- b. Contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura quando afastadas da faixa de travessia de pedestres. Esse espaço pode ser compartilhado por duas vagas, no caso de estacionamento paralelo, perpendicular ou oblíquo ao meio-fio;
- c. Estar vinculadas à rota acessível que as interligue aos polos de atração;
- d. Estar localizadas de forma a evitem a circulação entre veículos;
- e. Ter piso regular e estável;
- f. Respeitar a orientação para o percurso máximo entre a vaga e o acesso à edificação ou aos elevadores, que deve ser de no máximo 50 metros.

A quantidade de vagas sinalizadas como especiais no Parque das Nações Indígenas soma 14% em relação ao total, bem acima do que é recomendado. No Art. 47, a LBI estabelece que esse número deve equivaler a 2% do total, garantida, no mínimo, uma vaga devidamente sinalizada e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes de acessibilidade. No entanto, pôde-se constatar que as vagas especiais não estão distribuídas nos principais portões de acessos ao parque. Os portões *Ofaié-Xavante*, *Terena* e *Kadwéu* não foram avaliados, pois não apresentam nenhuma das variáveis para 'Acessibilidade do passeio público'.

O percurso, desde a vaga especial até o portão do parque não está configurado de acordo com o que a norma recomenda para 'rota acessível': "um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado que conecte os ambientes externos e internos de espaços e edificações". Faltam itens como rampas, calçadas rebaixadas e piso tátil. Apesar da presença de mobiliário urbano como postes, lixeiras, semáforos e bancos, por exemplo, não há obstrução de passagem.

Os locais destinados para o estacionamento, em todos os tipos de vagas, estão na borda direita da via. Os frequentadores do parque têm o hábito de estacionar os veículos próximos aos portões, onde há calçada. Isso obriga a

circulação de deficientes e demais pedestres entre os veículos estacionados, dificultando o acesso (Figura 17).



Figura 17 - Veículos estacionados próximos a um dos portões de acesso ao Parque
Fonte: Autora, 2016

Nas proximidades do portão *Kaiowá* há um total de 54 vagas de estacionamento. Nenhuma delas reservada para deficiente físico ou idoso. No portão *Guarani*, as vagas especiais ficam próximas ao espaço temático onde está montada a 'Cidade do Natal'. A distância desse ponto até a entrada mais próxima do Parque é maior 50 metros (Figura 18).



Figura 18 - Vagas especiais em frente à 'Cidade do Natal'.
Fonte: Autora, 2016

No portão *Ñandeva* as vagas especiais possuem dimensões maiores do que as comuns. Porém itens como rampas e guia rebaixada não foram tratados. Situação semelhante acontece nas vagas do portão *Guató*. No local destinado para o espaço adicional de circulação encontra-se um canteiro com vegetação (Figura 19).



Figura 19 - Vagas especiais portão *Guató*: a) Dimensão da vaga especial com veículo estacionado (destaque) e o espaço adicional de circulação; b) Sinalização horizontal, em destaque guia sem rebaixamento e rampa posicionada de forma incorreta.

Fonte: Autora, 2016

O espaço adicional de circulação é uma faixa de espaço disposta na lateral da vaga, que permite a circulação da cadeira de rodas (Figura 20).



Figura 20 - Modelo de vagas especiais com espaço adicional de circulação

Fonte: *Site* Infraestrutura Urbana, 2012

Nos portões *Ofaié-Xavante*, *Terena* e *Kadiwéu* não há local adequado para qualquer estacionamento, comum ou com vagas especiais, de modo que os frequentadores usam o pavimento da entrada do parque e o gramado externo para estacionar (Figura 21).



Figura 21 - Veículos estacionados no gramado externo do portão *Terena*
Fonte: Autora, 2016

No portão *Kadiwéu*, utiliza-se o estacionamento em frente ao espaço de festas '*Yotedy Buffet*'. Nesse estacionamento, não há sinalização de vagas, guia rebaixada, rampa, passeio público pavimentado ou qualquer outro equipamento facilitador de acesso.

No item de verificação aplicado ao passeio público e estacionamento, dos sete portões que o parque possui, quatro trechos foram avaliados. Desses, três atendem o mínimo de conformidade. Outros três não enquadraram nas variáveis da avaliação. Pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida encontram dificuldades no percurso do passeio público. Nos trechos onde há pavimento, faltam rampas ou guia rebaixada. Deficientes visuais também realizam um trajeto arriscado devido à ausência de piso tátil. Outra situação comum que ambos enfrentam, são os veículos estacionados nos portões do parque.

Considerando a faixa do passeio público pavimentado situado na Avenida Afonso Pena, via onde estão três dos sete portões de acesso ao parque, existem falhas como ausência total de piso tátil em alguns pontos, sem rampa ou rebaixo de guia. Também o passeio público localizado na Rua Antônio Maria Coelho, em sua maior parte, não é pavimentado. Apenas um trecho onde há parada de ônibus está calçado, situação que impede um acesso autônomo e seguro ao parque. A área entre os portões *Terena* e *Kadiwéu* concentra o maior número de atrativos do parque, não oferece condições de acesso adequado para pessoas com deficiência.

A construção do passeio público é de responsabilidade do proprietário do imóvel e deve seguir as normas técnicas do órgão nacional ou de leis municipais. O

Parque das Nações Indígenas é um espaço de uso coletivo, sob responsabilidade do governo estadual por meio do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL. Porém, não disponibiliza elementos que promovam a acessibilidade, a exemplo dos trechos sem pavimento e ausência de piso tátil.

A quantidade de vagas sinalizadas para deficientes físicos e idosos (14,28%) é maior do que o recomendado pela LBI (2%). Porém, percebe-se que houve apenas a sinalização dessas vagas, sem a preocupação de estarem de acordo com as especificações do desenho e dimensões de área. As vagas de estacionamento não estão distribuídas de forma que contemplem todos os acessos do parque e, do total de 107 vagas, 15 estão concentradas nos portões *Ñandeva* e *Guarani*, localizados na avenida Afonso Pena. Não foi possível constatar a integração a uma rota acessível, e elementos que dificultam o acesso não foram tratados, a exemplo das guias sem rebaixamento, dos desníveis e da circulação entre veículos.

Apesar de existir número de vagas reservadas maior que o previsto, essas vagas também não contêm os elementos mínimos pra serem consideradas acessíveis: rebaixo de guia, rampas e piso tátil, por exemplo. Além disso, não promovem inclusão social das pessoas com deficiência, visto que estas, ao chegarem ao parque, encontram dificuldades já no desembarque e, depois, no passeio público.

Em Curitiba, Costa (2012), também verificou que o estacionamento do Parque Tanguá, não apresenta recursos satisfatórios de acessibilidade, pois não há vagas para deficiente físico ou idoso. Já no Parque Barigui o estacionamento apresentou a quantidade de vagas reservadas de acordo com recomendado na Lei nº 10.098/00, oferecendo ainda elementos de acessibilidade como rampas, rota acessível até o atrativo e sinalização SIA.

4.2.3 Verificação da acessibilidade nos terminais, pontos de parada e meios de transporte

Esse formulário foi aplicado na estação de ônibus 'Peg Fácil', localizada na Avenida Afonso Pena em frente ao *Shopping Center* Campo Grande. A estação recebe ônibus urbano e possui cobertura com capacidade de acolher até três ônibus simultaneamente. Por ela, passam 13 linhas para as mais diversas regiões da

cidade e, a partir da estação, ainda se percorre um trajeto de um quilômetro em linha reta até a entrada mais próxima do Parque das Nações Indígenas (portão *Kaiowá*).

A estação dispõe de sinalização tátil direcional e de alerta e auxílio para embarque e desembarque de cadeirantes usando equipamento eletromecânico (elevador) disponível nos veículos, pois a altura do piso do ônibus e da plataforma são diferentes. Os canais de relacionamento para obtenção de informações sobre itinerários, horários, tarifas, gratuidades são: carta, e-mail, telefone e atendimento pessoal (Quadro 4).

Verificação da acessibilidade nos terminais, pontos de parada e meios de transporte		
O terminal dispõe de atendimento:	sim	não
Recepção e condução no terminal	x	
Guichês adaptados		x
Auxílio para embarque e desembarque	x	
O terminal disponibiliza que tipo de comunicação e sinalização:		
Sinalização tátil, visual e sonora integradas		x
Canais de relacionamento		
Carta	x	
E-mail	x	
Telefone	x	
Totens multimídia		x
Telefone ponto a ponto		x
Atendimento pessoal	x	
Atendimento em LIBRAS		x
Telefone de informações e reclamações para surdos		x
Site acessível		x
Tipo de embarque:		
Embarque usando equipamento eletromecânico de circulação (elevador)	x	
Porta de acesso comum ou exclusiva - além da porta convencional de embarque e desembarque	x	
O ponto de parada possui:		
Abrigo com cobertura	x	
Sinalização tátil	x	
Sinalização visual		x
Índice de Acessibilidade		61%

Quadro 4 - Acessibilidade no ponto de parada do transporte público que atende ao Parque
Fonte: Autora, 2016

Os colaboradores do atendimento pessoal não estão capacitados na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e no site de atendimento da Associação das Empresas de Transportes Coletivos Urbanos de Campo Grande (Assetur) não há recursos de acessibilidade, como atalhos de navegação padronizados, botão para aumentar o tamanho da fonte ou alterar contraste, por exemplo.

O percurso da Estação 'Peg Fácil' *shopping* até o parque, tomando como referência o portão *Kaiowá*, é uma subida íngreme e nos cruzamentos de via há semáforos. No entanto são equipamentos que não emitem sinais sonoros ou vibratórios. O passeio público fica sob responsabilidade dos proprietários de imóveis, então há trechos sem pavimento, piso tátil e rampas.

Conforme dados da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran, 2014) a frota adaptada representa 96%, de um total de 570 veículos. Assim uma opção para evitar o longo trajeto sem veículo até o parque, é usar a linha de ônibus 233 TV Educativa - TVE, pois esta tem paradas próximas aos portões do parque, na avenida Afonso Pena. Entretanto, no itinerário de ida, o ponto de ônibus fica do lado oposto ao parque, sendo necessário atravessar o canteiro central. Dessa forma, um cadeirante, por exemplo, precisa atravessar a via no local de retorno junto aos veículos e, ao chegar a frente ao parque, não há rampa ou guia rebaixada. Além disso, a linha 233 opera em horários restritos: das 6hs 30min às 18hs 45min de segunda à sexta-feira, com intervalo médio de uma hora e vinte minutos entre um ônibus e outro. Outra linha que atende o parque é a 523 Maria Aparecida Pedrossian/Centro. Sua parada fica na Rua Antônio Maria Coelho, próximo ao portão *Kadiwéu*. Também opera com horários restritos de segunda à sexta-feira das 7hs 25min às 17hs 40min, fazendo quatro viagens por dia.

Em relação ao transporte coletivo, apesar de serem oferecidas linhas com extenso itinerário, os elementos de acessibilidade não garantem o acesso às pessoas com deficiência. Os pontos de ônibus não estão integrados à rota acessível e o passeio público não apresenta quaisquer elementos de acessibilidade: rampas, guias rebaixadas e piso tátil. Atravessar a rua para chegar ao parque, dessa forma, torna-se um trajeto arriscado.

Tendo em vista promover a inclusão social, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), aos poucos, está adequando as unidades de conservação como os Parques Nacionais para receber turistas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. Com o objetivo de aproximar a sociedade dos bens naturais do Brasil e minimizar as barreiras contra a inclusão, mobiliza-se para oferecer uma estrutura adequada que atenda a esse público que ainda tem poucas opções de lazer.

- Receberam melhorias de acessibilidade os locais:
- Parque Nacional Chapada dos Veadeiros (GO): trilha suspensa de madeira para deficientes físicos ou mobilidade reduzida;
- Parque Nacional da Tijuca (RJ): trilha adaptada para deficientes físicos;
- Reserva Biológica União (RJ): trilha interpretativa;
- Parque Nacional das Emas (MS/GO): trilha adaptada para deficientes físicos.

Nos Estados Unidos, o Parque Nacional *Yosemite*, na Califórnia, é uma referência mundial em relação às questões de acessibilidade. O parque oferece transporte acessível gratuito na região do Vale de *Yosemite*, intérpretes de *American Sign Language - ASL* (Linguagem Americana de Sinais) inclusive nos filmes exibidos ao público no interior do parque, descrições de áudio, *podcasts*, publicações em letra grande ou em *Braille*. Recentemente iniciou um plano de construção de acampamentos adaptados com instalações sanitárias, passarelas de madeira, mesas de piquenique e churrasqueiras. Ainda possui um guia específico sobre acessibilidade do parque, que informa sobre o acesso às áreas, instalações e serviços para pessoas com deficiência (CARVALHO; KIEFER, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo e o lazer desempenham um papel essencial no sentido de promoverem o bem-estar social. Desse modo, é fundamental que ofereçam acessibilidade e oportunizem a experiência turística.

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo de caso sobre o Parque das Nações Indígenas, onde foi desenvolvida análise sobre as condições de acessibilidade existentes no local, pois na organização de seu Plano Diretor não mencionou condicionantes relativos acesso do público com deficiência.

A primeira etapa do estudo foi identificar em fontes documentais e bibliográficas o registro de alguma proposta de inclusão social pertinente ao acesso ao lazer de pessoas com deficiência. Diante da ausência de tão particular proposta, houve a necessidade de reconhecer a infraestrutura e equipamentos de lazer do parque por meio de pesquisa de campo. Guarnecido dos itens de lazer presentes no parque, foi possível identificar um conjunto com oito elementos relevantes para a atividade.

Em paralelo foi averiguado e diagnosticado as condições de acessibilidade no acesso ao parque, nas variantes relativas ao acesso externo e ambiente interno do parque, estacionamento e locais de embarque e desembarque, mobiliário urbano e estrutura do transporte público coletivo que o atende. Os resultados deram origem ao capítulo quatro deste estudo.

Tendo como parâmetro o índice de acessibilidade da AVAPE e após a análise dos itens de verificação da acessibilidade, foi possível concluir que o Parque das Nações Indígena não apresenta condições satisfatórias para a acessibilidade de pessoas com deficiência. Embora o parque esteja em bom estado de conservação por causa das manutenções realizadas diariamente, seus desenvolvedores não contemplaram a integração de elementos e adaptações que promovam o uso desse espaço por todas as pessoas, inclusive as que têm algum tipo de deficiência física.

As pessoas com deficiência representam uma parcela considerável da população de Campo Grande (26,9%), cenário que emerge a necessidade de se adequarem os espaços urbanos. Frente a esse cenário, e até momentos atuais,

várias normativas, leis e decretos foram criados para garantir os direitos das pessoas com deficiência e orientar as dimensões e estruturas dos espaços públicos, no entanto, essas situações são poucas vezes fiscalizadas.

A partir desse trabalho é possível ampliar as pesquisas com essa temática e fornecer subsídios para projetos de acessibilidade que contemplem as dimensões arquitetônicas, metodológicas e instrumentais de modo a incentivar a adequação de ambientes. Em dimensão programática, através da avaliação e/ou revisão das políticas públicas, planos e projetos de acessibilidade, tornando-os efetivos. E ainda na dimensão atitudinal com a sensibilização e conscientização da comunidade a respeito da inclusão social de pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 2015.

_____. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14718**: Guardacostas para edificação, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em 12 dez. 2016.

_____. Lei Geral do Turismo. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 181, 18 set., 2008. Seção 1.

_____. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 12 dez. 2016.

CARVALHO, M. C. M. H.; KIEFER, S. F. W. Pessoas com deficiência e turismo em parques nacionais. In: CONPEDI/UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara (org), VASCONCELOS, A. G.; SILVEIRA, S. S.; XIMENES, J. M. (coord.). **Direitos sociais e políticas públicas I**. COMPEDI: Florianópolis, 2015.

COSTA, L. A. **Turismo adaptado: acessibilidade turística para cadeirantes nos cinco principais atrativos turísticos da cidade de Curitiba, PR**. 2012. 97 f. Monografia (Bacharelado em Turismo). Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, Irati.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DISKIN, L. **Qualidade de vida é possível?** Revista E, São Paulo: SESC, outubro 2000, p. 34-9.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo, Perspectiva, 1973.

EMBRATUR. **Brasil é o 6º no mundo em economia do turismo**. 2014 Disponível em http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/clipping/arquivos/Brasil_e_o_6_no_mundo_em_economia_do_turismo.html> Acesso em 18 mai. 2016.

FERNANDES, C. S.; NESSIMIAN, I. S.; DELVIZIO, J. B. U. **Plano Diretor do Parque das Nações Indígenas**. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul: Secretária de Obras Públicas, 1993.

FERRETTI, E. R. **Turismo e meio ambiente: uma abordagem integrada**. São Paulo: Roca, 2002.

FUNDTUR/MS. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul - **O melhor do Estado espera por você: atrativos de Mato Grosso do Sul**, 2011.

GARABINI, E. A. **Parques urbanos aqui, ali, acolá**. Campo Grande, MS: PROPARG/UFRRGS, 2004. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/96465>> Acesso em 20 jul. 2016.

GARCIA, D. S. **Identidade cultural e imagem turística projetada da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul**. Curitiba: UFPR, 2013. 270f. Tese (Doutorado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GUALBERTO FILHO, A. **Avaliação da acessibilidade em hotéis: métodos de mensuração**. Salvador: UFBA. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em arquitetura e urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

GRECHI, D. C. **O desenvolvimento turístico sob a ótica da economia institucional: uma análise do caso de Bonito - MS**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 294 f. Tese (Doutorado Interinstitucional em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. **Parque das Nações Indígenas: Revitalização**. Campo Grande, s/d.

JAFAR, A. C. D.; OLIVEIRA, A. K. M.; BONONI, V. L. R.; MASCARÓ, L. E. A. R. Avaliação de locais com potencial e/ou utilizados no turismo ambiental na cidade de Campo Grande - Mato Grosso do Sul. **Revista Uniara**, v.15, n.1, julho, 2012.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOHMANN, G; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2012.

MARCELLINO, N. C. (org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

_____. **Estudos do lazer: uma introdução**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 7.354** de 17 de agosto de 1993. Denomina Parque das Nações Indígenas, área urbana de Campo Grande, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 18 ago. 1993. Ano XV n.3610, p. 32.

MCDB. Museu das Culturas Dom Bosco. Acervo Documental. **História do Museu das Culturas Dom Bosco**. Disponível em <<http://www.mcdb.org.br/materias.php?id=7&porPagina=0>> Acesso em 20 mai. 2016.

MTur. Ministério do Turismo. **Secretária Nacional de Política de Turismo**. Turismo e acessibilidade: manual de orientações. 2ª ed. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Turismo. **Projeto Inventário da Oferta Turística: Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Turismo. **Cartilhas de Turismo Acessível**. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o Mercado**. Brasília, 2010.

OPPLIGER, E. A.; FONTOURA, F. M.; OLIVEIRA, A. K. M; TOLEDO, M. C. B. S.; GUEDES, N. M. R. O potencial turístico para a observação da avifauna em três áreas verdes na cidade de Campo Grande, MS. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, maio/agosto, 2016a.

_____. O potencial turístico para a observação da avifauna em três áreas verdes na cidade de Campo Grande, MS. **Revista Atualidades Ornitológicas**. n. 192, julho e agosto, 2016b.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** - Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

_____. Organização das Nações Unidas. **Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes**: 1982. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Defici%C3%A2ncia/programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-deficientes.html>> Acesso em 18 mai. 2016.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Código mundial de ética para o turismo**, 1999.

RUA, M. G. Turismo e Políticas Públicas de Inclusão. In: BRASIL. **Turismo social: Diálogos do Turismo: uma viagem de inclusão**. Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. p. 17-37.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 16ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**. São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SEMADE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul**, 2015.



UNRIC. **Alguns Fatos e Números sobre as Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/pessoas-com-deficiencia/5459>> Acesso em 18 mai. 2016.



VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam, 1999. p. 237-247.



WEINGÄRTNER, A. A.S. **Campo Grande: o impulso do desenvolvimento nas rotas de gado, nos trilhos do trem e nos caminhos do Mercosul**. ARCA, Revista de divulgação do arquivo histórico de Campo Grande-MS. Campo Grande, n. 5, p.3-9, out. 1995. Disponível em: <http://www.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id_can=3553> Acesso em: 15 jun. 2016.



ANEXOS

ANEXO 1 - Formulário B.6.2

	MINISTÉRIO DO TURISMO Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS	
UF:	REGIÃO TURÍSTICA:	MUNICÍPIO:
IDENTIFICAÇÃO		
Tipo: (6) C.1.6. Unidades de conservação e similares <div style="border: 1px solid #ccc; padding: 5px; width: fit-content; margin: 10px auto;"> Captura de Janela </div>	Subtipos: (1) C.1.6.1. Área de proteção ambiental (2) C.1.6.2. Área de relevante interesse ecológico (3) C.1.6.3. Estação ecológica (4) C.1.6.4. Floresta (5) C.1.6.5. Monumento natural (6) C.1.6.6. Parque (7) C.1.6.7. Refúgio de vida silvestre (8) C.1.6.8. Reserva biológica (9) C.1.6.9. Reserva extrativista (10) C.1.6.10. Reserva de desenvolvimento sustentável (11) C.1.6.11. Reserva de fauna (12) C.1.6.12. Reserva particular do patrimônio natural (13) C.1.6.13. Zoológico (14) C.1.6.14. Jardim botânico (15) C.1.6.15. Outras	
1. INFORMAÇÕES GERAIS		
1.1. Nome oficial		
1.2. Nome fantasia		
1.3. Natureza (1) Pública (2) Privada (3) Outra _____		
1.4. Tipo de organização/instituição (1) Associação (2) Sindicato (3) Cooperativa (4) Sistema S (5) Empresa (6) Outros _____		
1.5. Localização (1) Urbana (2) Rural		
1.6. Coordenadas geográficas 1.6.1. Latitude _____ 1.6.2. Longitude _____		
1.7. Endereço 1.7.1. Bairro/localidade _____ 1.7.2. Distrito _____ 1.7.3. CEP _____		
1.8. Sinalização 1.8.1. De acesso (1) Sim (2) Não 1.8.2. Turística (1) Sim (2) Não		
1.9. Proximidades (1) Restaurante (2) Bar/lanchonete (3) Meio de hospedagem (4) Shopping (5) Galeria/rua comercial (6) Centro de convenções/exposições (7) Posto de combustível (8) Outras _____		

	MINISTERIO DO TURISMO Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização INVENTARIO DA OFERTA TURISTICA CATEGORIA B6 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER	
UF:	REGIAO TURISTICA:	MUNICIPIO:
IDENTIFICAÇÃO		
Tipo: (2) B.6.2. Espaços livres e áreas verdes	Subtipos: (1) B.6.2.1. Praça (2) B.6.2.2. Jardim (3) B.6.2.3. Parque (4) B.6.2.4. Mirante (5) B.6.2.5. Largo (6) B.6.2.6. Outros	
1. INFORMAÇÕES GERAIS		
1.1. Nome oficial		
1.2. Nome popular		
1.3. Nome original		
1.4. Natureza (1) Pública (2) Privada (3) Outra _____		
1.5. Tipo de organização/instituição (1) Associação (2) Sindicato (3) Cooperativa (4) Sistema S (5) Empresa (6) Outros _____		
1.6. Localização (1) Urbana (2) Rural		
1.7. Coordenadas geográficas		
1.7.1. Latitude _____		
1.7.2. Longitude _____		
1.8. Endereço		
1.8.1. Avenida/rua/travessa/caminho/bouto _____		
1.8.2. Bairro/localidade _____		
1.8.3. Distrito _____		
1.8.4. CEP _____		
1.9. Telefone/ramal	1.10. Fax/ramal	
1.9.1. Telefone _____	1.10.1. Fax _____	
1.9.1.1. Ramal _____	1.10.1.1. Ramal _____	
1.11. Endereço eletrônico (site)		
1.12. Site eletrônico (site/página web)		
1.13. Sinalização		
1.13.1. De acesso (1) Sim (2) Não		
1.13.2. Turística (1) Sim (2) Não		

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA B6 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER																									
1.14. Proximidades (1) Restaurante (2) Bar/lanchonete (3) Meio de hospedagem (4) Shopping (5) Galeria/rua comercial (6) Centro de convenções/exposições (7) Posto de combustível (8) Outras _____																										
1.15. Distâncias (km) 1.15.1. Aeroporto _____ 1.15.2. Estação rodoviária _____ 1.15.3. Estação ferroviária _____ 1.15.4. Estação marítima/fluvial _____ 1.15.5. Estação metroviária _____ 1.15.6. Ponto de ônibus _____ 1.15.7. Ponto de táxi _____ 1.15.8. Outras _____																										
1.16. Pontos de referência _____ _____ _____																										
1.17. Entidade mantenedora _____ 1.17.1. Endereço eletrônico (e-mail) _____ 1.17.2. Site eletrônico (site/página web) _____																										
2. FUNCIONAMENTO																										
2.1. Estrutura de funcionamento 2.1.1. Formas de pagamento (1) Dinheiro (2) Cheque (3) Cheque de outra praça (4) Cartão de crédito (5) Cartão de débito 2.1.2. Atendimento ao público 2.1.2.1. Atendimento em língua estrangeira (1) Não (2) Inglês (3) Espanhol (4) Outras _____ 2.1.2.2. Informativos impressos (1) Não (2) Português (3) Inglês (4) Espanhol (5) Outras _____																										
2.2. Regras de funcionamento 2.2.1. Período (1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro (13) Ano inteiro 2.2.2. Horário <table border="1" data-bbox="504 1720 1394 1890"> <thead> <tr> <th></th> <th>2ª feira</th> <th>3ª feira</th> <th>4ª feira</th> <th>5ª feira</th> <th>6ª feira</th> <th>Sábado</th> <th>Domingo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2.2.2.1. Abertura</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.2.2.2. Encerramento</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> 2.2.2.3. Funcionamento 24 horas (1) Sim (2) Não 2.2.2.4. Funcionamento em feriados (1) Sim (2) Não				2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Domingo	2.2.2.1. Abertura								2.2.2.2. Encerramento							
	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Domingo																			
2.2.2.1. Abertura																										
2.2.2.2. Encerramento																										

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA B6 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER																																													
2.2.3. Outras regras e informações <hr/> <hr/>																																														
3. CARACTERÍSTICAS																																														
3.1. Instalações 3.1.1. Estacionamento (1) Pago (2) Grátis (3) Coberto (4) Descoberto 3.1.1.1. Capacidade de veículos (nº) _____ 3.1.1.1.1. Automóveis (nº) _____ 3.1.1.1.2. Ônibus (nº) _____																																														
3.2. Outras instalações, equipamentos e espaços <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td>(1) Área de exposição coberta</td> <td>(2) Área de exposição não coberta</td> <td>(3) Área vip separada</td> <td>(4) Sinalização interna</td> </tr> <tr> <td>(5) Centro de convenções</td> <td>(6) Espaço para festas e eventos</td> <td>(7) Loja de souvenir</td> <td>(8) Museu</td> </tr> <tr> <td>(9) Shopping</td> <td>(10) Zoológico</td> <td>(11) Feiras permanentes</td> <td>(12) Feiras temporárias</td> </tr> <tr> <td>(13) Pista de patinação</td> <td>(14) Pista de skate</td> <td>(15) Restaurante</td> <td>(16) Banfianchonete</td> </tr> <tr> <td>(17) Saída de emergência</td> <td>(18) Iluminação noturna</td> <td>(19) Instalações sanitárias</td> <td>(20) Piso antiderrapante</td> </tr> <tr> <td>(21) Palco para eventos</td> <td>(22) Quadra poliesportiva</td> <td>(23) Detector de metais</td> <td>(24) Grade ou proteção</td> </tr> <tr> <td>(25) Ambulatório médico</td> <td>(26) Caixa eletrônico</td> <td>(27) Guarda-volume</td> <td>(28) Fraldário</td> </tr> <tr> <td>(29) Vestiário</td> <td>(30) Telefone público</td> <td>(31) Banca de jornal e revista</td> <td>(32) Anfiteatro</td> </tr> <tr> <td>(33) Refletor</td> <td>(34) Chafariz</td> <td>(35) Bebedouro</td> <td>(36) Correto</td> </tr> <tr> <td>(37) Telões</td> <td>(38) Mesa</td> <td>(39) Cadeira</td> <td>(40) Churrasqueira</td> </tr> <tr> <td>(41) Lago</td> <td>(42) Outros _____</td> <td></td> <td></td> </tr> </table>			(1) Área de exposição coberta	(2) Área de exposição não coberta	(3) Área vip separada	(4) Sinalização interna	(5) Centro de convenções	(6) Espaço para festas e eventos	(7) Loja de souvenir	(8) Museu	(9) Shopping	(10) Zoológico	(11) Feiras permanentes	(12) Feiras temporárias	(13) Pista de patinação	(14) Pista de skate	(15) Restaurante	(16) Banfianchonete	(17) Saída de emergência	(18) Iluminação noturna	(19) Instalações sanitárias	(20) Piso antiderrapante	(21) Palco para eventos	(22) Quadra poliesportiva	(23) Detector de metais	(24) Grade ou proteção	(25) Ambulatório médico	(26) Caixa eletrônico	(27) Guarda-volume	(28) Fraldário	(29) Vestiário	(30) Telefone público	(31) Banca de jornal e revista	(32) Anfiteatro	(33) Refletor	(34) Chafariz	(35) Bebedouro	(36) Correto	(37) Telões	(38) Mesa	(39) Cadeira	(40) Churrasqueira	(41) Lago	(42) Outros _____		
(1) Área de exposição coberta	(2) Área de exposição não coberta	(3) Área vip separada	(4) Sinalização interna																																											
(5) Centro de convenções	(6) Espaço para festas e eventos	(7) Loja de souvenir	(8) Museu																																											
(9) Shopping	(10) Zoológico	(11) Feiras permanentes	(12) Feiras temporárias																																											
(13) Pista de patinação	(14) Pista de skate	(15) Restaurante	(16) Banfianchonete																																											
(17) Saída de emergência	(18) Iluminação noturna	(19) Instalações sanitárias	(20) Piso antiderrapante																																											
(21) Palco para eventos	(22) Quadra poliesportiva	(23) Detector de metais	(24) Grade ou proteção																																											
(25) Ambulatório médico	(26) Caixa eletrônico	(27) Guarda-volume	(28) Fraldário																																											
(29) Vestiário	(30) Telefone público	(31) Banca de jornal e revista	(32) Anfiteatro																																											
(33) Refletor	(34) Chafariz	(35) Bebedouro	(36) Correto																																											
(37) Telões	(38) Mesa	(39) Cadeira	(40) Churrasqueira																																											
(41) Lago	(42) Outros _____																																													
3.3. Serviços <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td>(1) Achados e perdidos</td> <td>(2) Manobrista</td> <td>(3) Vendedores ambulantes</td> </tr> <tr> <td>(4) Serviço de som</td> <td>(5) Serviço de segurança</td> <td>(6) Circuito de monitoramento de segurança</td> </tr> <tr> <td>(7) Serviço de informações</td> <td>(8) Disponibilidade de caminho de bobó</td> <td>(9) Disponibilidade de cadeira de rodas</td> </tr> <tr> <td>(10) Disponibilidade de bicicletas</td> <td>(11) Disponibilidade de cavalos</td> <td>(12) Disponibilidade de pedalinhos</td> </tr> <tr> <td>(13) Disponibilidade de boias</td> <td>(14) Disponibilidade de chalote</td> <td>(15) Outros _____</td> </tr> </table>			(1) Achados e perdidos	(2) Manobrista	(3) Vendedores ambulantes	(4) Serviço de som	(5) Serviço de segurança	(6) Circuito de monitoramento de segurança	(7) Serviço de informações	(8) Disponibilidade de caminho de bobó	(9) Disponibilidade de cadeira de rodas	(10) Disponibilidade de bicicletas	(11) Disponibilidade de cavalos	(12) Disponibilidade de pedalinhos	(13) Disponibilidade de boias	(14) Disponibilidade de chalote	(15) Outros _____																													
(1) Achados e perdidos	(2) Manobrista	(3) Vendedores ambulantes																																												
(4) Serviço de som	(5) Serviço de segurança	(6) Circuito de monitoramento de segurança																																												
(7) Serviço de informações	(8) Disponibilidade de caminho de bobó	(9) Disponibilidade de cadeira de rodas																																												
(10) Disponibilidade de bicicletas	(11) Disponibilidade de cavalos	(12) Disponibilidade de pedalinhos																																												
(13) Disponibilidade de boias	(14) Disponibilidade de chalote	(15) Outros _____																																												
3.4. Informações complementares 3.4.1. Data de inauguração _____ / _____ / _____ 3.4.2. Autoria do projeto _____ 3.4.3. Outras informações relevantes <hr/> <hr/>																																														
3.5. Monumentos (1) Sim (2) Não 3.5.1. Nome do monumento (caso haja mais de um monumento, as informações deverão ser registradas para cada monumento) <hr/> <hr/>																																														

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA B6 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER	
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

3.5.2. Autor _____


3.5.3. Data de Inauguração ____ / ____ / ____

3.5.4. Descrição



4. PROTEÇÃO, QUALIFICAÇÃO, CERTIFICAÇÃO, PREMIAÇÃO, DESTAQUES E OUTROS

4.1. Do equipamento/espaco (1) Sim (2) Não

Categoria	Instrumento (nº)	Nome/Título/Certificação/ Licenciamento/outro	Entidade declaratória/tipo de declaração
4.1.1. Municipal	4.1.1.1. Lei/Decreto		
	4.1.1.2. Portaria/Instrução/ Deliberação		
	4.1.1.3. Norma/Ato		
	4.1.1.4. Outro		
4.1.2. Estadual/Distrital	4.1.2.1. Lei/Decreto		
	4.1.2.2. Portaria/Instrução/ Deliberação		
	4.1.2.3. Norma/Ato		
	4.1.2.4. Outro		
4.1.3. Federal	4.1.3.1. Lei/Decreto		
	4.1.3.2. Portaria/Instrução/ Deliberação		
	4.1.3.3. Norma/Ato		
	4.1.3.4. Outro		
4.1.4. Internacional	4.1.4.1. Lei/Decreto		
	4.1.4.2. Portaria/Instrução/ Deliberação		
	4.1.4.3. Norma/Ato		
	4.1.4.4. Outro		
4.1.5. Outras	4.1.5.1. _____		
	4.1.5.2. _____		

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA	
CATEGORIA B6 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER		

4.2. Da área ou edificação em que está localizado/instalado (1) Sim (2) Não			
Categoria	Instrumento (nº)	Nome/Título/Certificação/ Licenciamento	Entidade declaratória/Tipo de declaração
4.2.1. Municipal	4.2.1.1. Lei/Decreto		
	4.2.1.2. Portaria/Instrução/ Deliberação		
	4.2.1.3. Norma/Ato		
	4.2.1.4. Outro		
4.2.2. Estadual/Distrital	4.2.2.1. Lei/Decreto		
	4.2.2.2. Portaria/Instrução/ Deliberação		
	4.2.2.3. Norma/Ato		
	4.2.2.4. Outro		
4.2.3. Federal	4.2.3.1. Lei/Decreto		
	4.2.3.2. Portaria/Instrução/ Deliberação		
	4.2.3.3. Norma/Ato		
	4.2.3.4. Outro		
4.2.4. Internacional	4.2.4.1. Lei/Decreto		
	4.2.4.2. Portaria/Instrução/ Deliberação		
	4.2.4.3. Norma/Ato		
	4.2.4.4. Outro		
4.2.5. Outras	4.2.5.1. _____		
	4.2.5.2. _____		
5. ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO			
(1) Muito bom (2) Bom (3) Ruim			
6. ACESSIBILIDADE			
6.1. Possui alguma facilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida? (1) Não (2) Sim (responder às questões seguintes)			
6.1.1. Pessoal capacitado para receber pessoas com deficiência (1) Não (2) Física (3) Auditiva (4) Visual (5) Mental (6) Múltipla			
6.1.2. Rota externa acessível (1) Não (2) Estacionamento (3) Calçada rebaixada (4) Faixa de pedestre (5) Rampa (6) Semáforo sonoro (7) Piso tátil de alerta (8) Piso regular e antiderrapante (9) Livre de obstáculos (10) Outras: _____			
6.1.3. Símbolo Internacional de acesso (1) Não (2) Entrada (3) Área reservada (4) Estacionamento (5) Área de embarque e desembarque (6) Sanitário (7) Saída de emergência			

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA BG – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER	
6.1.4. Local de embarque e desembarque		
(1) Não (2) Sinalizado (3) Com acesso em nível		
6.1.5. Vaga em estacionamento		
(1) Não (2) Sinalizada (3) Com acesso em nível (4) Alargada para cadeira de rodas (5) Rampa de acesso à calçada		
6.1.6. Área de circulação/acesso interno para cadeiras de rodas		
(1) Não (2) Rampa (3) Elevador (4) Plataforma elevatória (5) Com circulação entre mobiliário (6) Porta larga (7) Piso regular/antiderrapante		
6.1.7. Escada		
(1) Não (2) Corrimão (3) Patamar para descanso (4) Sinalização tátil de alerta (5) Piso antiderrapante		
6.1.8. Rampa		
(1) Não (2) Corrimão (3) Patamar para descanso (4) Piso antiderrapante (5) Sinalização tátil (6) Inclinação adequada		
6.1.9. Piso		
(1) Não (2) Tátil (3) Sem obstáculos (tapete ou desnível) (4) Antiderrapante/deslizante		
6.1.10. Elevador		
(1) Não (2) Sinalizado em Braille (3) Dispositivo sonoro (4) Dispositivo luminoso (5) Sensor eletrônico (porta)		
6.1.11. Equipamento motorizado para deslocamento interno		
(1) Não (2) Cadeira (3) Carrinho		
6.1.12. Sinalização visual		
(1) Não (2) Entrada (3) Recepção (4) Porta (5) Sanitário (6) Elevador (7) Restaurante (8) Área de lazer (9) Área de resgate		
6.1.13. Sinalização tátil		
(1) Não (2) Entrada (3) Recepção (4) Porta (5) Sanitário (6) Elevador (7) Restaurante (8) Área de lazer (9) Área de resgate		
6.1.14. Alarme de emergência		
(1) Não (2) Sonoro (3) Visual (4) Vibratório		
6.1.15. Comunicação		
(1) Não (2) Texto informativo em Braille (3) Texto informativo em fonte ampliada (4) Intérprete em Libras (língua brasileira de sinais)		
6.1.16. Balcão de atendimento		
(1) Não (2) Rebaixado (3) Preferencial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida		
6.1.17. Mobiliário		
(1) Não (2) Altura adequada (3) Recuo adequado		
6.1.18. Sanitário		
(1) Não (2) Barra de apoio (3) Porta larga suficiente para entrada de cadeira de rodas (4) Giro para cadeira de rodas (5) Acesso para cadeira de rodas (6) Pia rebaixada (7) Espelho rebaixado ou com ângulo de alcance visual (8) Boxe ou banheira adaptada (9) Torneira monocomando/alavanca		
6.1.19. Telefone		
(1) Não (2) Altura adequada (3) Para surdos (TPS ou TTS)		
6.1.20. Sinalização indicativa de atendimento preferencial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (1) Sim (2) Não		
6.1.21. Outras _____		

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA B6 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER	
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

7. OBSERVAÇÕES

8. REFERÊNCIAS

9. EQUIPE RESPONSÁVEL

Responsável pelo preenchimento (Pesquisador) _____

Telefona/Fax _____

Endereço eletrônico (e-mail) _____

Responsável pela conferência (Coordenador) _____

Telefona/Fax _____

Endereço eletrônico (e-mail) _____

ANEXO 2 - Roteiros de Inspeção

VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA EDIFICAÇÃO

ACESSOS EXTERNOS À EDIFICAÇÃO

Estado de conservação das calçadas

- a. () Bom
- b. () Regular
- c. () Ruim
- d. () Péssimo

Especificação do tipo de piso externo (calçadas)

- a. () Antiderrapante e antitrepicante
- b. () Antiderrapante e trepidante
- c. () Derrapante e antitrepicante
- d. () Derrapante e trepidante

Guias rebaixadas

- a. () Adequada
- b. () Inadequada
- c. () Utilizada atualmente, mas fora de norma
- d. () Adaptáveis

Rampas acessíveis

- a. () Adequada
- b. () Inadequada
- c. () Utilizada atualmente, mas fora de norma
- d. () Adaptáveis

ACESSOS AOS AMBIENTES INTERNOS

Os ambientes internos são acessíveis (em %)

- a. () 100% - Todos adequados e acessíveis
- b. () Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c. () Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d. () Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e. () Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f. () 10% ou menos dispositivos adequados

Quanto às circulações internas principais

- a. () Possuem largura superior a 1,20m
- b. () Possuem largura entre 1,00 e 1,20m
- c. () Possuem largura entre 0,80cm e 1m
- d. () Não são acessíveis

SANITÁRIOS

Quantidade de sanitários acessíveis

- a. () Superior ao mínimo legal
- b. () Atende a recomendação legal
- c. () Inferior ao mínimo legal

Localização de acordo com a edificação

- a. () Rota acessível em todos os pavimentos
- b. () Rota acessível em apenas um pavimento
- c. () Não está localizado em rota acessível

Disposição dos acessórios

- a. () Dentro da faixa de alcance
- b. () Parcialmente dentro da faixa de alcance
- c. () Fora da faixa de alcance

Instalação das barras de apoio

- a. () Existentes e em local adequado (vaso ou lavatório)
- b. () Existentes porém em local inadequado
- c. () Existe local adequado apenas (vaso ou lavatório)
- d. () Inexistente

Sinalização Tátil de Alerta em Interferências

- a. () Existente total
- b. () Inexistente total
- c. () Existente parcial
- d. () Não existe interferência

ACESSOS PRIVADOS À EDIFICAÇÃO

Estado de Conservação da circulação interna

- a. () Bom
- b. () Regular
- c. () Ruim
- d. () Péssimo

Especificação do tipo de piso (dentro do lote)

- a. () Antiderrapante e antitrepicante
- b. () Antiderrapante e trepidante
- c. () Derrapante e antitrepicante
- d. () Derrapante e trepidante

Circulações e acessos

- a. () Acessíveis
- b. () Parcialmente acessíveis
- c. () Inacessíveis

Largura da porta

- a. () Igual ou superior a 1m
- b. () Entre 90 cm e 99 cm
- c. () Entre 80 cm e 89 cm
- d. () Igual ou inferior a 79 cm

Acessórios adequados da porta

- a. () Barra horizontal, maçaneta alavanca e material resistente
- b. () Barra horizontal e material resistente
- c. () Maçaneta horizontal e material resistente
- d. () Barra horizontal e maçaneta horizontal
- e. () Maçaneta tipo alavanca

AUTONOMIA E SEGURANÇA

A edificação permite autonomia e segurança

- a. () Em todos os equipamentos e atividade
- b. () Apenas em parte das atividades
- c. () Na maioria dos equipamentos e atividade
- d. () Não há autonomia em equipamentos e atividades

PISOS TÁTEIS DE ALERTA

A edificação possui pisos táteis de alerta

- a. () Em todos os locais necessários
- b. () Apenas em parte dos locais necessários
- c. () Em nenhum local necessário

PISOS TÁTEIS DIRECIONAIS

A edificação possui pisos táteis direcionais

- a. () Em todos os locais necessários
- b. () Apenas em parte dos locais necessários
- c. () Em nenhum local necessário

SINALIZAÇÃO BRAILLE**Sinalização em batentes**

- a.() Em todas as portas existentes
 b.() Apenas em partes das portas existentes
 c.() Em nenhuma das portas existentes

Sinalização em corrimão e circulações

- a.() Em todos os locais indicados
 b.() Apenas nos locais indicados
 c.() Em nenhum dos locais indicados

Em mapas táteis

- a.() Em superfícies inclinadas
 b.() Na parede
 c.() Em nenhum dos locais indicados

Em cardápios

- a.() Somente o Braille
 b.() Na versão tinta e Braille
 c.() Não existe

SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**Quanto ao SIA de equipamentos acessíveis**

- a.() Existe em todos os elementos acessíveis
 b.() Existe na maioria dos elementos acessíveis
 c.() Existe em parte dos elementos acessíveis
 d.() Não existe SIA

RAMPAS, ESCADAS E TRATAMENTO DE DESNÍVEIS**Em qualquer tipo de desnível existente**

- a.() Todos desníveis tratados adequadamente
 b.() Adaptados e utilizados, mas fora da norma
 c.() Maioria dos desníveis tratados adequadamente
 d.() Parte dos desníveis tratados adequadamente
 e.() Não existe tratamentos ou adaptações

MOBILIÁRIO, BEBEDOURO, TELEFONE ACESSÍVEL E TPS**Mobiliário - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %)**

- a.() 100% - Todos adequados e acessíveis
 b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
 c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
 d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
 e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
 f.() 10% ou menos dispositivos adequados

Bebedouro - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %)

- a.() 100% - Todos são adequados e acessíveis
 b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
 c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
 d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
 e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
 f.() 10% ou menos dispositivos adequados

Telefone acessível - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %)

- a.() 100% - Todos adequados e acessíveis
 b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
 c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
 d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
 e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
 f.() 10% ou menos dispositivos são adequados

TPS - Dispositivos adequados e acessíveis à utilização dos serviços (em %)

- a.() 100% - Todos adequados e acessíveis
 b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
 c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
 d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
 e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
 f.() 10% ou menos dispositivos adequados

RECEPÇÕES**Sobre as quantidades de assentos**

- a.() Atende à norma
 b.() Inferior a recomendação legal, possível de adaptação
 c.() Não atende à norma

Sobre o atendimento às pessoas

- a.() Atende a PCR*, PMR* e PO*
 b.() Atende PCR e PMR
 c.() Atende PMR e PO
 d.() Atende PCR e PO
 e.() Atende apenas PMR
 f.() Não atende a PCR, PMR e PO

Sobre o atendimento à pessoa com deficiência auditiva

- a.() Atende através da linguagem de sinais
 b.() Não atende

ESTACIONAMENTO OU LOCAIS DE EMBARQUE / DESEMBARQUE**Sobre a existência do serviço**

- a.() Local adequado para embarque e desembarque
 b.() Local adequado para estacionamento
 c.() Local inadequado para embarque e desembarque
 d.() Local inadequado para estacionamento
 e.() Não existe local adequado para embarque e desembarque

Sobre a distância do acesso à edificação

- a.() Distância confortável do acesso principal
 b.() Distância confortável do acesso secundário
 c.() Não existe o serviço na edificação
 d.() Distância incômoda para qualquer acesso

Referente ao estacionamento

- a.() Possuem sinalização vertical
 b.() Possuem sinalização horizontal
 c.() Nenhuma sinalização

COMUNICAÇÃO SONORA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**Comunicação sonora**

- a.() Está associada à sinalização visual em rotas de fuga, saídas de emergência e equipamentos
 b.() Possui alarmes sonoros vinculados a alarmes visuais, para orientação das pessoas com deficiência auditiva
 c.() Não existe

*PCR - Pessoa em Cadeira de Rodas

*PMR - Pessoa com Mobilidade Reduzida

*PO - Pessoa Obesa

VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DO PASSEIO PÚBLICO

Nome do logradouro				
Tipo: () Rua () Avenida () Travessa () Calçada () Outro:				
Bairro	Distrito	Coordenadas Geográficas:		
Largura da faixa	Livre:	De serviço:	De acesso:	Elevadas:
Tipo de piso				
Largura da vaga:	Comprimento:	Largura da faixa adicional:		
Possui inclinação transversal constante não superior a 2%?			() Sim () Não	
Possui superfície regular?			() Sim () Não	
Possui piso tátil?			() Sim () Não	
Possui rampas?			() Sim () Não	
Possui rebaixo?			() Sim () Não	
Possui Caixa de inspeção?			() Sim () Não	
Possui telefones?			() Sim () Não	
Possui semáforos com botoeira sonora?			() Sim () Não	
Possui bancas?			() Sim () Não	
Possui poste?			() Sim () Não	
Possui vegetação?			() Sim () Não	
Número de vagas totais:			Número de vagas especiais:	
Vagas Especiais possuem sinalização vertical?			() Sim () Não	
Vagas Especiais possuem sinalização horizontal?			() Sim () Não	
Observações:				
Dados do Pesquisador				
Nome:			Data da pesquisa:	
Dados Inseridos em Banco de Dados: () Sim () Não				
Observações:				

VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NOS TERMINAIS, PONTOS DE PARADA E MEIOS DE TRANSPORTE

Transporte - ônibus

Nome do terminal			
Localização			
M ² da edificação		Número de pavimentos	Nº de plataformas de embarque
O terminal dispõe de atendimento:			
Vagas especiais ()	Táxis adaptados ()	Recepção e condução no terminal ()	Guichês adaptados ()
Auxílio para embarque e desembarque ()	Procedimento para condução e embarque da bagagem e da cadeira de rodas ()	Sanitários adaptados ()	Lojas e lanchonetes acessíveis ()
O terminal disponibiliza que tipo de comunicação e sinalização:			
Sinalização tátil, visual e sonora integradas ()	Disponibilização de mídias alternativas / complementares de informação ()	Sinalização uniforme, padronizada em toda a edificação e nos folhetos ()	
O terminal disponibiliza que tipo de informações:			
Canais de relacionamento através de carta, e-mail, telefone, tótems multimídia, telefone ponto a ponto ou atendimento pessoal (inclusive em Libras) para obtenção de informações sobre destinos, itinerários, horários, tarifas e gratuidades, facilidades nos terminais rodoviários, pontos de parada e veículos ()		Telefone para informações e reclamações (telefone para surdo) ()	Site acessível, compatível com equipamentos assistivos (leitores de tela) para pessoas com deficiência visual ()
Tipos de veículos:			
Ônibus rodoviário ()	Ônibus urbano ()	Ônibus intermunicipal ()	Ônibus interestadual ()
Tipo de embarque:			
Embarque em nível - plataforma elevada na mesma altura do piso do ônibus ()	Embarque usando equipamento eletromecânico de circulação - quando as alturas do piso do ônibus e da plataforma são diferentes ()	Porta de acesso comum ou exclusiva - além da porta convencional de embarque e desembarque ()	Uso de cadeira de transbordo ()
O ponto de parada possui:			
Abriço com cobertura ()	Sinalização tátil ()	Sinalização visual ()	Plataformas elevadas acessíveis em parada de ônibus ()